

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

II Série | Nº 1 | Agosto 2002 | Preço: 2 €



Paula Matos dos Santos

P 3 Os três vectores do LEADER+ Texto do Gestor do Programa
P 4 Primeira CNA | P 9 a 12 Especial LEADER+ | P 18 Agenda da Rede

Nova série do jornal

“Pessoas e Lugares”

Seis meses após a publicação do último número do jornal Pessoas e Lugares como Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, nasce agora uma segunda série consagrada à animação da Rede Portuguesa LEADER+. Esta nova série inscreve-se na continuidade da anterior, mas com uma nova função e uma postura diferenciada. O objectivo é alargar o âmbito da animação LEADER de modo a contribuir efectivamente para a promoção do mundo rural junto do grande público. Isso significa que o Jornal incentivará a distribuição junto das populações urbanas, contribuindo para o reforço dos laços entre o mundo rural e o mundo urbano. Um outro aspecto significativo de mudança é a parceria que se constituiu para a sua concretização, envolvendo a Direcção Geral do Desenvolvimento Rural como responsável pela Célula de Animação da Rede LEADER+ e a INDE, proprietária do título e responsável pela produção do Jornal.

A nova série do Pessoas e Lugares, que se inicia com este número de Agosto de 2002, é fruto de uma reflexão levada a cabo, durante os últimos meses, entre a DGDRural e a INDE, tendo em linha de conta o contexto e os desafios do LEADER+ até 2006. A preocupação foi sempre de preservar e valorizar os aspectos positivos do Jornal, nomeadamente a sua função de informação e memória das actividades da Célula de Animação e da rede LEADER, de valorização do mundo rural bem como de expressão de opinião e reflexão sobre o desenvolvimento local. Um outro aspecto que se pretendeu manter foi a estrutura e apresentação gráfica, que continuará nesta nova série. Procurar-se-á, nesta nova série, incentivar fortemente a participação das ADL e de outros actores do desenvolvimento rural. E esta orientação vai ao encontro de uma outra preocupação: em 10 anos de funcionamento, o programa LEADER criou um capital considerável de iniciativas locais, de projectos, de novos produtos, de serviços nas mais diversas áreas, e um dos grandes desafios hoje se nos colocam é dar visibilidade a este capital ligando-o aos grandes mercados de consumo. A ideia é, pois, passar de uma fase essencialmente orientada para a revitalização do mundo rural (LEADER I e II), para uma fase em que a ligação entre as

cidades e as zonas rurais se concretize, contribuindo assim para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento local em meio rural. Pretende-se ainda dar a conhecer as iniciativas do mundo rural junto das comunidades emigrantes, no estrangeiro e nas grandes metrópoles, criando pontes através das Casas Regionais, das Associações de Emigrantes e das representações do nosso país no estrangeiro.

Neste contexto, o Pessoas e Lugares poderá transformar-se num poderoso instrumento de promoção do mundo rural, servindo com isso as ADL e os restantes actores locais. Mas, para isso, a sua participação é fundamental. Por isso, as rubricas consagradas ao conhecimento do mundo rural serão privilegiadas nesta nova série, como o comprova o lançamento de uma nova rubrica “Territórios” que, em cada número, fará a apresentação das zonas de intervenção LEADER. Isto para além da manutenção das rubricas já conhecidas “Pessoas”, “Lugares” e “Produtos”. A experiência mostra-nos que é essencial assegurar a homogeneidade e a coerência do jornal, através de uma efectiva parceria entre todas as instituições envolvidas, transformando-o numa referência partilhada. A reflexão feita no seio do Conselho Editorial e os grandes objectivos definidos e aqui divulgados são um bom ponto de partida para o efeito.

A parceria entre a DGDRural e a INDE para a efectivação do jornal concretiza-se efectivamente na figura agora criada de um Conselho Editorial, composto por três elementos indicados por cada uma das instituições. A este Conselho competirá a definição das grandes orientações do jornal, dos respectivos conteúdos e de uma correcta articulação e coordenação entre uma estrutura que executa tecnicamente e outra que dá corpo à animação do Programa. A INDE, para além de assumir mais este projecto com todo o profissionalismo de que é capaz, continuará a empenhar-se activamente na promoção de um desenvolvimento participativo, equilibrado e sustentável, tentando fazer do Jornal Pessoas e Lugares um instrumento de comunicação ao serviço do desenvolvimento local.

Cristina Cavaco

A linha editorial do jornal será centrada na promoção do LEADER+ e do mundo rural junto dos GAL, de outros actores do desenvolvimento local e do grande público, bem como dos países de língua oficial portuguesa e de outras comunidades portuguesas.

O Conselho Editorial é uma estrutura de apoio e orientação do jornal “Pessoas e Lugares” integrando 3 representantes da Direcção Geral do Desenvolvimento Rural sendo um deles o Gestor do LEADER+ e três representantes da INDE a designar. O Conselho Editorial terá as seguintes atribuições:

- a) a definição global da linha editorial do jornal “Pessoas e Lugares” e respectivo estatuto editorial;
- b) a definição do conteúdo de cada número do jornal;
- c) a definição dos elementos complementares do jornal “Pessoas e Lugares” que tenha a ver com a divulgação e promoção inseridos no projecto de animação do LEADER+, designadamente os cadernos e outros suplementos que venham a ser considerados oportunos;
- d) a definição de uma estratégia de distribuição do jornal “Pessoas e Lugares” que se ajuste aos objectivos da animação do Programa LEADER+ em Portugal;
- e) a definição global da linha de orientação da página da internet LEADER+.

Excerto do protocolo de cooperação celebrado entre a DGDRural e a INDE



Paula Matos dos Santos

Os três vectores do LEADER+

As nossas ferramentas de trabalho

"Um pouco mais de sol e eu era brasa
um pouco mais de azul e eu era além
para atingir faltou-me um golpe de asa
se ao menos eu permanecesse aquém..."

MÁRIO SÁ-CARNEIRO

Precisamos então de um golpe de asa que nos permita avançar e fazer dos LEADER anteriores um LEADER+. Capacitemo-nos que temos que fazer melhor o que já fizemos antes, potenciar a nossa iniciativa para incrementar a iniciativa dos promotores de projectos, consolidar as nossas parcerias para possibilitar a cobertura dos territórios e promover o desenvolvimento rural de forma integrada e sustentável.

Não podemos, nem queremos, pôr de lado o sonho que nos permitiu percorrer o caminho que consolidou um processo de desenvolvimento inovador e potenciador das sinergias dos territórios. É preciso, no entanto, estabelecer regras e criar a transparência de métodos que defendam a nossa actividade e a credibilizem perante todos aqueles que, de alguma maneira, nos vierem a julgar.

O desenvolvimento rural não se esgota com o LEADER+ nem termina com ele, pelo que o que construímos em termos metodológicos e de abordagem dos problemas nos territórios será no futuro uma forma de desenvolvimento. O LEADER+ põe à nossa disposição três ferramentas. São elas os vectores nos quais a Iniciativa se subdivide: criação de estratégias territoriais de desenvolvimento rural integradas e de carácter piloto, cooperação entre territórios rurais e colocação em rede.

Conseguimos todos através de um processo sério e participativo dar voz às parcerias dos territórios. Com a selecção dos Grupos de Acção Local criaram-se motores de desenvolvimento credíveis e capazes de levar avante os Planos de Desenvolvimento Local construídos para implementar no território a estratégia de desenvolvimento definida e assumida pelos parceiros: o Vector I do Programa está em marcha.

A componente da subvenção global posta à disposição do Vector I não é, claro, a que gostaríamos. Quanto maior fosse a verba posta à disposição do Programa maior seria a nossa capacidade para dar resposta aos projectos propostos pelos territórios. Não deixa, no entanto, de ser uma verba significativa que, aplicada em efectivas acções de investimento, mesmo de pequena monta, poderá traduzir-se num incremento da melhoria das condições de vida do mundo rural.

Também é preciso dar nova dinâmica e novo enquadramento na promoção e divulgação do LEADER+ nos territórios de modo a criar em todos os agentes, de todos os sectores, iniciativas de carácter inovador e facilmente transferíveis para outros agentes e para outros territórios.

Esta troca de conhecimentos e a capacidade de multiplicação de iniciativas é potenciada pela implementação do Vector 2 do Programa - Cooperação entre territórios rurais.

A criação de elos entre os territórios a nível nacional e europeu ou mesmo com países terceiros deve ter como objectivo potenciar as valias de cada território através da troca de experiências e/ou da construção de projectos conjuntos.

Uma outra forma de cooperação é a definida pelo Vector 3 do Programa - Colocação em rede. A Comunicação aos Estados Membros, que cria a Iniciativa Comunitária LEADER+, define que "... A colocação em rede dos territórios rurais, beneficiários ou não da iniciativa, bem como de todas as organizações e administrações implicadas nestas acções territoriais será apoiada não só no intuito de promover o intercâmbio e a transferência de experiências mas também com o objectivo de estimular e efectivar relações de cooperação entre territórios e identificar ensinamentos a extrair em matéria de desenvolvimento rural."

Refere também a Comissão que os resultados alcançados, no LEADER II, com o intercâmbio das experiências e dos repositórios de saber-fazer entre todas as partes interessadas da Comunidade, conferem um carácter de prioridade ao seu prosseguimento no LEADER+.

A participação activa na rede terá um carácter obrigatório para todos os beneficiários do LEADER+. Essa participação

traduz-se na disponibilização de um conjunto de informações sobre as acções empreendidas, em curso ou concluídas, bem como dos resultados obtidos, para além do seu comprometimento na realização das diversas actividades que vierem a ser implementadas.

Não é, no entanto o carácter prioritário que a Comissão lhe confere nem a obrigatoriedade de participação dos beneficiários nas actividades programadas que dá importância à Rede. A sua importância reside na necessidade sentida por quem já vem de há muito tempo singrando os caminhos do desenvolvimento rural, na potenciação dos valores próprios de cada território e na troca de experiências que este trabalho valoriza.

A nova série do Jornal Pessoas e Lugares vem mostrar que devem ser prosseguidas as experiências bem sucedidas e, ao mesmo tempo, assegurados os mecanismos que promovam a troca de experiências, a criação de um fórum de discussão e de uma bolsa de oportunidades à disposição de todos quer sejam, ou não, beneficiários directos do LEADER+.

Se nem tudo correu bem nas Iniciativas anteriores e, eventualmente, nem tudo correrá da melhor maneira no decurso da execução do LEADER+, cabe-nos a todos nós, estrutura de gestão e grupos de acção local, criar as condições para melhor potenciar o nosso trabalho e a nossa iniciativa.

Um pouco mais de azul no nosso horizonte e seremos capazes de atingir os nossos objectivos.

Luís Duarte
Gestor do Programa LEADER+



Programa LEADER+ Primeira reunião da CNA

Relatórios e regulamentos aprovados, a primeira reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa LEADER+ decorreu com tranquilidade. Mesmo a discussão de alguns tópicos mais problemáticos, como são as questões financeiras, não retirou serenidade a este encontro.

O Centro de Reuniões da FIL, no Parque das Nações, em Lisboa, foi palco da primeira reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) do Programa LEADER+, que decorreu no passado dia 2 de Julho. Numa reunião direccionada para a prestação de informações e esclarecimentos aos 52 Grupos de Acção Local (GAL) que aplicam no terreno as metodologias de actuação do programa LEADER+, a ordem de trabalhos ficou ainda subordinada a três áreas de trabalho principais: a análise e aprovação do Regulamento Interno do Funcionamento da Comissão Nacional de Acompanhamento LEADER+, a análise e aprovação do Relatório de Execução do LEADER+ relativo a 2001, e constituição do Grupo Técnico de Avaliação para acompanhamento do processo de avaliação.

No primeiro ponto de análise da reunião, a aprovação do Regulamento Interno do Funcionamento da Comissão Nacional de Acompanhamento LEADER+ decorreu sem problemas. Previamente conhecedores das matérias discutidas, os presentes não manifestaram dúvidas acerca do documento apresentado. Um cenário que não surpreendeu Luís Duarte, gestor do programa LEADER+, para quem "o regulamento não traz nada de novo, nem implica nenhuma novidade ou restrição complicada". Mais discutida foi a aprovação do Relatório de Execução do LEADER+ relativo a 2001. Entre vários tópicos assinalados, Ana Lúcia Reis, em representação do ministro da presidência, apontou a "ausência de indicadores que permitam avaliar a situação de mulheres e homens no meio rural" como o aspecto mais frágil deste relatório. A explicação para esta lacuna veio a seguir da representante da Direcção Geral da Agricultura da Comissão Europeia, Graça Macedo, salientando que "não é possível que este relatório contenha dados, uma vez que não houve ainda execução no terreno" estando prevista, no entanto, a sua inclusão em próximos relatórios.

O gestor do LEADER+ confirmou esta perspectiva, uma vez que o relatório "é um ponto de situação, mais do que um relatório, porque ainda não começou o exercício". De qualquer maneira, Luís Duarte adianta que "tentámos apresentar todo o processo desde a comunicação aos estados membros até às condições de financiamento, bem como uma cronologia do que aconteceu, com a nomeação de documentos e legislação que surgiram". No final da discussão, colocado à consideração dos presentes, o relatório de actividades foi aprovado sem dificuldades.

No terceiro ponto do dia, discutiu-se a proposta de constituição do Grupo Técnico de Avaliação (GTA), para acompanhamento do processo de avaliação do LEADER+, que integra o gestor do LEADER+, que preside ao GTA, o chefe de projecto do LEADER+, a Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, o Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, a Comissão



João Limão

Europeia, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR) e a Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local Minha Terra.

Neste ponto, a constituição de um órgão composto por oito elementos levantou algumas questões, em virtude de um possível empate na tomada de decisões. Acerca desta questão, Luís Duarte esclareceu "não ser um órgão deliberatório, mas sim um grupo de trabalho", contudo decidiu-se atribuir voto de qualidade para o gestor do projecto.

"questões financeiras são estrangulamento"

Questão transversal a todos os tópicos discutidos ao longo desta primeira reunião do CNA foram os problemas de ordem financeira. Regina Lopes, coordenadora do GAL da ADICES e presidente da Federação "Minha Terra", salienta que as "questões financeiras são o grande estrangulamento para o desenvolvimento dos projectos". Para quem elabora um projecto "não é indiferente fazer o pagamento em oito dias ou cinco meses", refere esta técnica, para quem se coloca uma questão: "sabe-se que os fundos vão ser reavaliados, levantando-se a questão acerca da possibilidade de adopção de adiantamentos sucessivos e justificados". Uma dúvida que Graça Macedo esclarece, adiantando que a "questão dos sete por cento, só o Conselho pode alterar esse regulamento".

Conhecedor da realidade no terreno, Luís Duarte reconhece que entre as associações a "grande preocupação é poder responder às exigências dos promotores

desses territórios". A mudança de "esquema do LEADER 2 para o LEADER+, nomeadamente na óptica de não haver adiantamentos e reembolsos ano a ano, mas sim os sete por cento iniciais e depois reembolsos ao longo do período", suscita preocupações, e leva as associações a "temerem alguns atrasos na região". No fundo, "os GAL não devem ser prejudicados". É assim que Luís Duarte vê a problemática de ordem financeira, sendo natural que estes problemas sejam levantadas, dado que "são questões complicadas". Ainda de acordo com o gestor do LEADER+, só não se levantaram mais "porque algumas pessoas já sabem que não há uma solução imediata, e sabem também que a qualquer momento podem falar com a gestão e resolver os problemas".

À margem das discussões sobre a problemática financeira, Luís Duarte abordou o quadro de actividades a desenvolver no âmbito do vector 3 - "Colocação em rede", assinalando a certeza de se "retomar o jornal 'Pessoas e Lugares', que é o único produto para o qual está encontrado público". Entre as novidades, esta publicação avançará para novos critérios de distribuição, dado que "chegámos à conclusão de que ao chegar a certas entidades, aí ficava sem ser distribuído". O relançamento desta publicação assenta no "objectivo de chegar ao público urbano", e de ter uma componente informativa que "vá mais além do que o folclore dos enchidos e dos queijos". Neste mesmo vector, a Feira do Mundo Rural é outra actividade programada, embora ainda não estejam definidos os moldes da sua realização.

João Limão
jlimao@inde.pt

LEADER+ apresenta-se

Um pouco por todo o país, entre Maio e Agosto, foram publicamente apresentados os Planos de Desenvolvimento Local do Plano de Intervenção Comunitária LEADER+. O PESSOAS e LUGARES faz aqui um retrato das sessões de apresentação de 18 associações de desenvolvimento.

RAIA HISTÓRICA

No Convento de São Francisco, em Trancoso, dia 2 de Maio de 2002, teve lugar a apresentação pública do Programa de Intervenção Comunitária (PIC) LEADER+, desenvolvido pela Associação de Desenvolvimento Raia Histórica.

O evento contou com a presença de autarcas, associativos, o anterior subdirector regional Francisco Pires, beneficiários do LEADER II, e eventuais promotores do LEADER+, num total de cerca de 60 pessoas.

A zona de intervenção enquadra-se na Região Centro, e pertence à NUT III – Beira Interior Norte, numa área que pertence ao distrito da Guarda e que conta com 118 freguesias dos concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel e Trancoso.

ADER AL

A ADER AL apresentou publicamente o Programa LEADER+ a 9 de Maio de 2002 no Centro de Formação Profissional de Portalegre. A “Valorização dos Produtos Locais” foi o tema forte da sessão que reuniu cerca de 150 pessoas, entre as quais o Gestor do Programa, Luís Duarte, o Chefe de Projecto, Guilherme Lewes, e ainda o director, e o coordenador da Ader Al -Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejano, responsáveis pela apresentação do Programa LEADER+ Portalegre.

Na plateia, convidados a assistir à sessão, promotores de projectos no âmbito do LEADER II, manifestaram interesse no conteúdo do PDL apresentado e realçaram as vantagens que resultam da gestão local do Programa. Como nota negativa, os potenciais investidores referiram as actuais regras de transferência de fundos que podem, na sua opinião, vir a impedir a desejável celeridade nos pagamentos, com os graves inconvenientes que daí resultam. Não obstante, a procura do Programa tem excedido as expectativas, tendo sido já formalizadas 34 candidaturas.

ADL



Em 29 de Maio de 2002, pelas 14 horas, teve lugar na sede da Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL), em Alvalade, concelho de Santiago do Cacém, a apresentação pública do programa LEADER+ “Alentejo Litoral”. Com o objectivo de promoção e desenvolvimento do litoral alentejano, o tema forte do Plano de Desenvolvimento

Local da ADL é a “Promoção e reforço das componentes organizativas e competências das zonas rurais”. Este PDL vai ser aplicado a uma zona de intervenção constituída pelos concelhos de Grândola, Santiago do Cacém, Sines (excepto núcleo urbano desta cidade), e parte do concelho de Odemira. A sessão de apresentação pública contou com a presença de Luís Duarte, gestor do programa LEADER+; Guilherme Lewes, chefe de projecto; Ana Paula Carvalho e Manuel Abrantes, técnicos da Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR); José Pedro Tavares, da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo; Conceição Pessoa e Arménio, Agrupamento de Zonas Agrárias do Alentejo Litoral, bem como de representantes das associações de desenvolvimento local – ESDIME, Taipa e ADREG -, colectividades, casas do povo, juntas de freguesia, escolas, e promotores que já tinham contactado a ADL.

TAGUS

A apresentação pública do PIC LEADER+ na zona de intervenção da TAGUS, decorreu no passado dia 5 de Junho, no edifício do Ecomuseu, em Martinchel, concelho de Abrantes.

A sessão contou com a presença de cerca de 80 representantes de instituições e organismos da zona de intervenção, o gestor do programa LEADER+ Luís Duarte, o chefe de projecto Guilherme Lewes, a técnica de acompanhamento da ADL Enga Aida Capaleve, representantes da DRARO – Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, e da CCRLVT – Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

MONTE, ACE

Decorreu no passado dia 11 de Junho, pelas 18 horas, na Biblioteca Municipal de Arraiolos, a apresentação do Plano de Desenvolvimento Local do LEADER+, da MONTE, ACE.

Na cerimónia estiveram presentes representantes das câmaras municipais e juntas de freguesia da zona de intervenção, de várias associações do território, Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), DRAOT – Alentejo, o gestor nacional do LEADER+ Luís Duarte, o chefe de projecto Guilherme Lewes, o técnico da DGDR Manuel Abrantes, e representantes da Região de Turismo de Évora.

ESDIME



A Esdime formalizou o arranque do Programa LEADER+ Al Sud no passado dia 20 de Junho, pelas 17 horas e 30 minutos, no Museu de Aljustrel, numa sessão pública onde estiveram presentes representantes das quase 60 organizações, entre autarquias, associações locais e sectoriais, escolas, empresas e serviços desconcentrados da administração

central, que constituem a Parceria Al Sud.

Estando presentes o Governador Civil de Beja, João Paulo Ramoa, o Presidente da Câmara de Aljustrel, José Godinho e o Gestor do Programa, Luís Duarte, a sessão teve início com uma pequena apresentação da estratégia do LEADER+, enquanto programa ao serviço do Alentejo Sudoeste, pela Presidente da Direcção da Esdime, Isabel Benedito.

Tendo constituído uma primeira oportunidade de apresentação pública do programa, esta sessão foi apenas o ponto de partida de mais uma etapa de cinco anos de trabalho em cooperação com a região e com os locais, e também um ponto de chegada de um processo de congregação de esforços de uma parceria em torno de um objectivo comum – reunir meios e condições para que ideias e projectos possam ganhar forma.

PRÓ RAIA

A sessão de divulgação do programa LEADER+, realizada pela PRÓ-RAIA, teve lugar no dia 17 de Junho de 2002, pelas 16 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Sabugal.

Além da Direcção da PRÓ-RAIA, a sessão contou com a presença do gestor do programa, Luís Duarte, o chefe de projecto Guilherme Lewes, os parceiros do Grupo de Acção Local (GAL), associados da Pró-Raia, técnicos da Equipa Técnica Local, representantes das juntas de freguesia da zona de intervenção, associações culturais e recreativas, e meios de comunicação social da região.

ROTA DO GUADIANA

A estratégia do programa “Margem Esquerda do Guadiana” assume como objectivo central contribuir para o desenvolvimento integrado da zona de intervenção, através da promoção e reforço das componentes organizativas e das competências locais.

Tendo por base uma filosofia de aproximação do programa aos seus reais destinatários, a Associação de Desenvolvimento Integrado - Rota do Guadiana procedeu à realização de várias sessões de apresentação nos concelhos de Serpa, Mourão, Mértola, Moura e Barrancos; sessões sempre bastante concorridas por parte da assistência, que ouviu as explicações técnicas e colocou questões acerca das medidas apresentadas. O que, a par da diversidade dos sectores representados (empresas, colectividades, autarquias, ADL, cooperativas, instituições de Solidariedade Social e organismos públicos com intervenção na zona), constituem um indicador precioso acerca das expectativas criadas pelo programa.

A sessão de 24 de Junho, realizada em Serpa, contou com as presenças do gestor nacional do programa LEADER+, Luís Duarte, e do chefe de projecto, Guilherme Lewes.

A curto prazo, e atendendo ao facto de o processo não se esgotar nas sessões públicas de apresentação, a Rota do Guadiana prevê ainda participar em todos os eventos que ocorram na Zona de Intervenção, usando-os como alavanca para a divulgação do Programa. Exemplo disto foi a participação na edição 2002 da Feira do Desenvolvimento e Tradição, que decorreu em Serpa entre 22 e 25 de Agosto, no Parque Municipal de Exposições desta vila alentejana.

ADREPES

A cerimónia de apresentação pública do LEADER+ para a Península de Setúbal teve lugar no passado dia 28 de Junho de 2002, no Cine-Teatro São João, em Palmela.

A abertura da sessão ficou a cargo da coordenadora da ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, Manuela Sampaio, que procedeu à apresentação da Mesa de Honra, da qual faziam parte o gestor do Programa LEADER+ e representante do ministro da Agricultura, das Pescas e do Desenvolvimento Rural, Luís Duarte; a presidente da Câmara Municipal de Palmela, Ana Teresa Vicente, e o chefe do Gabinete da Governadora Civil de Setúbal, Carlos Gamito, além do presidente da ADREPES, António Pombinho.

Após um breve intervalo, a apresentação do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) esteve a cargo de António Pombinho. Este PDL assenta numa estratégia de desenvolvimento de carácter integrado, sustentável e piloto, definido por um território rural e elaborado por uma parceria ampla e representativa dos actores mais relevantes nesse território. A estratégia foi definida com base em quatro objectivos: melhoria das condições de vida nas zonas rurais, criação de oportunidades de desenvolvimento económico equilibrado e sustentado; existência de um espírito empresarial com qualificação e capacidade para enfrentar novos desafios; e participação e solidariedade das populações rurais. No final da apresentação, a coordenadora Manuela Sampaio respondeu às questões levantadas pela assistência.

Realce ainda para as duas actuações de “O Bando”, e para a intervenção do grupo Círio da Carregueira, que convidou os participantes a entrarem no auditório ao som de tambores e gaitas de foles, além de uma projecção de um audiovisual de apresentação do território, que deram um toque mais cultural a esta sessão pública.

ADRUSE



O Programa LEADER+ Serra da Estrela foi publicamente apresentado no passado dia 4 de Julho de 2002, na Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira, em Gouveia. Subordinado ao tema “Produtos Locais... Um Valor a Preservar”, o LEADER+ da ADRUSE, Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela desenvolve-se em torno da valorização dos produtos locais,

abrange cinco concelhos (Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas e Seia) e prevê um investimento total de 4.528.801 euros. Na apresentação pública do Programa compareceram o gestor do PIC LEADER+ Luís Duarte, o chefe de projecto Guilherme Lewes, o presidente da ADRUSE Álvaro Amaro, e o director técnico da ADRUSE João Paulo Agra. A assistir estiveram as “forças vivas” da região, entre representantes das autarquias da zona de intervenção da ADRUSE, dirigentes de diversas associações e ainda muitos particulares, bem como os órgãos de comunicação social mais representativos da região.

ALENTEJO XXI

A divulgação pública do Plano de Desenvolvimento Local PRO-RURAL – Dinamização Rural no Sul do Alentejo –, teve lugar a 9 de Julho de 2002, nas instalações da Junta de Freguesia da Salvada (concelho de Beja), constituindo parte integrante de uma reunião do Conselho Consultivo, criado no âmbito do Grupo de Acção Local do PRO-RURAL.

A reunião contou com a participação de diversas entidades públicas e privadas cujas áreas de actuação se situam na Zona de Intervenção e que subscreveram a candidatura ao Programa Iniciativa Comunitária LEADER+.

Para além da divulgação do PDL, a Associação promoveu também a eleição, de entre as entidades que compõem o Núcleo Consultivo, dos membros do Núcleo de Gestão, que constitui um órgão de natureza deliberativa com funções ao nível da tomada de decisões sobre os projectos candidatados ao PRO-RURAL, bem como referentes ao processo de implementação e acompanhamento.

Com o intuito de uma maior aproximação aos beneficiários do Programa, foram realizadas na última semana de Agosto e ao longo do mês de Setembro, reuniões de divulgação nas sedes dos concelhos de Vidigueira e Mértola e em diversas freguesias rurais dos concelhos de Beja e Castro Verde.

PINHAL MAIOR

A apresentação do Programa de Intervenção Comunitária LEADER+ da PINHAL MAIOR, teve lugar no passado dia 9 de Julho, por volta das 16 horas na sede da associação, na Sertã.

Na sessão pública, estiveram presentes o gestor nacional do PIC LEADER+ Luís Duarte, o chefe de projecto do PIC LEADER+ Guilherme Lewes, Rocha Fernandes, representante DRAB, e presidentes das câmaras municipais da zona de intervenção, num total de cerca de 100 pessoas.

DESTEQUE

A apresentação pública do Plano de Desenvolvimento Local LEADER+ para a Terra Quente Transmontana teve lugar no passado dia 11 de Julho de 2002, na Estalagem Senhora das Neves, em Sambade, Alfândega da Fé.

A sessão contou com a presença do gestor nacional do Programa LEADER+ Luís Duarte, o chefe de projecto Guilherme Lewes, bem como do técnico de acompanhamento na região, e de representante da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM).

DOURO HISTÓRICO



O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ a implementar na região do Douro, no período entre 2002 e 2006, foi apresentado em Sabrosa, no auditório da Câmara Municipal local, no passado dia 11 de Julho de 2002.

Ao todo serão abrangidas pelo LEADER+ 129 freguesias integradas em 11 concelhos: Alijó, Armamar, Lamego,

Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, S. João da Pesqueira, Tabuaço e Vila Real.

A estratégia de desenvolvimento definida para a zona de intervenção concentra-se num tema forte que norteia a implementação do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) – “Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais” – com a consequente revitalização do Mundo Rural, valorizando o seu potencial endógeno e tendo em conta as potencialidades que os mercados locais podem e devem ter em conta no crescimento económico e na criação de emprego, apresentando ainda os seguintes objectivos específicos: reforço do sistema produtivo, valorização e diversificação da actividade económica local, preservação, valorização e conservação do meio ambiente, melhoria das condições de vida da população.

A sessão pública de apresentação do LEADER+ contou com a presença do chefe de projecto Guilherme Lewes, técnico de acompanhamento Manuel Abrantes, parceiros institucionais, promotores do LEADER II e potenciais promotores do LEADER+, agentes locais da região, adegas cooperativas, agentes de turismo, associações florestais, instituições sociais e culturais.

ADER-SOUSA

“É necessário acabar com a ideia instalada de que o mundo rural são apenas as reservas agrícola e ecológica”. As palavras do coordenador da Equipa Técnica Local (ETL) da ADER SOUSA, Barbieri Cardoso, reflectem bem algumas das ideias fortes da apresentação pública do LEADER+ / Terra de Sousa+, que teve lugar no passado dia 18 de Julho, no Campo de Tiro de Lousada.

Aplicado ao território das Terras de Sousa, que abrange os concelhos de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da ADER SOUSA tem como tema base a “Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais”. Partindo das necessidades assinaladas com base na diferença de desenvolvimento entre as zonas rurais e urbanas, este PDL tem como objectivo central dar ao espaço rural a capacidade de competir com o meio urbano, sem o descaracterizar.

Numa análise mais detalhada, o PDL Terra de Sousa + assume como principais objectivos: o estímulo ao envolvimento da população em questões de natureza social, cultural e ambiental; a sensibilização para problemas do território - organizar e revalorizar os recursos naturais, culturais e históricos; promover imagem de autenticidade e qualidade do território, de forma a melhorar a sua visibilidade; promover um sentimento de auto-estima na população; estimular organização, certificação, promoção e comercialização de produtos da região; e apoiar processos tecnológicos de qualificação, valorização e modernização de produtos de origem local.

TERRAS DO BAIXO GUADIANA

No passado dia 22 de Julho, a Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG) convocou para uma primeira reunião ordinária o seu Conselho Consultivo. Agendados como principais pontos da ordem de trabalhos estavam a confirmação do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) e o lançamento oficial do Programa de Intervenção Comunitária LEADER+ Terras do Baixo Guadiana. A reunião teve lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal de Alcoutim e foi presidida pelo vereador Rui Cruz, em representação da presidência da Câmara Municipal de Alcoutim, entidade anfitriã. Presentes estiveram ainda, em representação da Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Luís Duarte, gestor do PIC LEADER+ para Portugal, Guilherme Lewes, chefe de Projecto, e Ana Paula Carvalho, responsável pelos GAL de Alentejo e Algarve. Da Direcção Regional da Agricultura do Algarve estiveram presentes Castelhão Rodrigues, subdirector Regional, Gabriel Gonçalves e Mário Dias. A Direcção da ATBG fez-se representar pelo presidente, Francisco Morato (Associação Alcance) e vice-presidente, Jorge Revêz (Associação de Defesa do Património de Mértola - ADPM).

O Conselho Consultivo da Associação Terras do Baixo Guadiana tem competência para realizar o acompanhamento e apreciação da intervenção do PDL devendo garantir o respeito das suas orientações e regras de execução, bem como analisar a sua avaliação. Prevê-se que reuna com periodicidade semestral e é um órgão composto pelos agentes locais – entidades públicas e privadas sem fins lucrativos – e aberto a outras instituições que possam revelar interesse em se integrar. Actualmente, fazem parte autarquias, associações de desenvolvimento, cooperativas, associações de produtores, grupos desportivos, escolas, clubes, centros culturais e recreativos, e outros representantes da realidade social e cultural dos quatro concelhos abrangidos pelo Território do PIC LEADER+ Terras do Baixo Guadiana.

Dos parceiros convocados para a reunião inicial do Conselho Consultivo fizeram-se representar cerca de 20, entre os quais as Câmaras Municipais de Alcoutim e Castro Marim, as associações Odiana, Alcance e ADPM e as juntas de freguesia de São Sebastião dos Carros, São Pedro de Sólis, Alcoutim, Pereiro, Vaqueiros e Odeleite.

A ATBG, entidade gestora do PIC LEADER+, tem vindo a implementar o Plano de Comunicação do Programa através da realização de sessões públicas de divulgação nas freguesias do território, publicação do Caderno LEADER+ no Jornal do Baixo Guadiana, e edição de um site na Internet. Entretanto, no passado mês de Julho teve início o atendimento aos promotores de projectos e a recepção de candidaturas ao Programa.

AD ELO



Integrado na XII EXPOFACIC – Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Cantanhede, Festas do Concelho, realizou-se no dia 27 de Julho de 2002, no auditório da Biblioteca Municipal de Cantanhede, o seminário do “Dia do Agricultor”, no qual AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, procedeu à apresentação

detalhada do Programa LEADER+.

Durante a XII – EXPOFACIC, a AD ELO esteve presente com um stand cujo tema principal de divulgação foi o LEADER+ AD ELO. Ao longo da feira, que teve mais de 200 mil visitantes, foram distribuídos diversos materiais de divulgação, foram efectuadas diversas sessões de esclarecimento.

ACAPORAMA

Tendo como principal objectivo o desenvolvimento das zonas rurais, através de investimentos na economia, criação de postos de trabalho e fixação das populações, nomeadamente jovens, decorreu no passado dia 31 de Julho, nas instalações da Casa do Povo da Camacha, a apresentação do Programa de intervenção Comunitária (PIC) LEADER+, organizado pela ACAPORAMA - Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira.

Durante a sessão foram abordados os objectivos, medidas, sub-medidas e acções do Programa, que vai apoiar projectos como a recuperação de edifícios e de veredas, o desenvolvimento do turismo rural e incentivos ao associativismo. Iniciativas que garantem mais investimentos económicos, mais desenvolvimento, e novos postos de trabalho.

Durante esta sessão pública estiveram presentes o secretário regional do Ambiente e Recursos Naturais – Manuel António Correia, o gestor nacional do PIC LEADER+ - Luís Duarte, a Direcção da ACAPORAMA, membros de parcerias locais, e representantes de autarquias.

Para complementar a apresentação foi exibido um vídeo com os objectivos, medidas, sub-medidas e acções do Programa, tendo como som de fundo música tradicional madeirense.

ADELIAÇOR



A apresentação pública do LEADER+ ADELIAÇOR - Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores, teve lugar no passado dia 21 de Agosto. A divulgação do Programa na zona de intervenção arrancou, no entanto, há muito no terreno. Entre 15 de Abril e 31 de Maio, a ADELIAÇOR realizou sessões de esclarecimento em todas as

ilhas da zona de intervenção, abertas ao público em geral para divulgação do LEADER+, sobretudo no que diz respeito a estratégia e acções definidas para implementação do PDL. Ilha de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo foi o percurso definido para implementação desta acção, em paralelo com outras, como afixação de cartazes, distribuição de folhetos e colocação de placas de sinalização, e para as quais a Associação contou com o apoio logístico e técnico das respectivas autarquias locais, núcleos das respectivas ilhas, e corpo da ETL.

IN LOCO

A divulgação do Programa ARRISCA + na Serra do Caldeirão é assegurada por uma rede de animadores locais que cobre a área de intervenção, mantendo contacto directo com a população, através de nove núcleos locais de apoio ao desenvolvimento, e de atendimento nas 15 freguesias do território. A acção destes animadores é coadjuvada pela intervenção de vários técnicos da equipa central.

Para apoiar o processo de lançamento do LEADER+ foi preparado um folheto com informação detalhada sobre as acções do PDL, e sobre as condições de acesso a cada uma delas. Este folheto está disponível nos núcleos de animação local e noutros pontos estratégicos.

Textos de João Limão e Paula Matos dos Santos
Com a colaboração das entidades locais gestoras do LEADER+

Em Agosto, Basto e os seus produtos promovem-se

Feira do Linho

Inaugurada há quatro anos no concelho de Ribeira de Pena, a Feira do Linho afirmou-se como um certame que dá visibilidade a uma intensa actividade de tecelagem do linho em algumas das freguesias da região, com especial destaque para as de Limões e de Cerva onde padrões ancestrais ganham forma nos chamados panos de "rifados" e de "manteses". Coincidindo com os festejos da Vila, à Feira do Linho afluem visitantes de todo o Norte que têm transformado o evento num efectivo sucesso económico, mobilizador da actividade artesanal da cerca de meia centena de tecedeiras do concelho.

Assumida este ano a organização por parte da Câmara Municipal, a IV Feira do Linho decorreu de 2 a 4 de Agosto, com uma área de exposição acrescida e albergando quase centena e meia de expositores. Sendo um concelho essencialmente rural, com actividade agrícola e florestal, a edição deste ano levou em conta estas actividades, envolvendo espécies cinegéticas e as raças autóctones, designadamente a maronesa, a cabra bravia e o garrano. Além disso, ao espaço da feira foi acrescentada uma praça da alimentação, com a apresentação de produtos alimentares e de espaços de restauração. Pretendia-se com esta aposta fixar os visitantes na Feira que, para além de apreciarem o espaço de exposição poderiam fazer no local a sua refeição e assistir em palco próprio à actuação de grupos corais e folclóricos locais e convidados.

O encerramento da Feira do Linho deste ano pôde contar com um desfile de moda da responsabilidade da Cooperativa MODABARR, onde foram apresentados por modelos locais trajes utilizando o linho e lã artesanais.

A feira do Linho é uma iniciativa apoiada pelo Programa LEADER+ da PROBASTO - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto.

Festa do Vinho

A Festa do Vinho em Basto foi uma iniciativa criada pela PROBASTO para dar corpo à sua estratégia de promoção da região e de um dos seus mais valiosos produtos, o vinho verde, para além de se constituir como uma iniciativa mobilizadora da unidade regional. A sua realização tem sido assumida rotativamente entre os quatro concelhos de Basto, regressando neste ano, pela terceira vez, ao concelho de Cabeceiras de Basto onde teve o seu lançamento. Com um modelo perfeitamente afirmado, aliando a exposição e venda dos vinhos de produtores de Quinta de Basto, dos produtos agro-alimentares da região e da gastronomia local, constitui-se como uma autêntica festa para lá do potencial económico que sempre representa para os expositores presentes.

Organizada pela PROBASTO e pela Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, a edição deste ano teve lugar no recinto contíguo ao Pavilhão Multiusos. Tradicionalmente realizada em Junho, a IX Festa dos Vinhos de Basto realizou-se entre 15 e 18 de Agosto, uma época em que a região se encontra invadida pelos emigrantes mas, simultaneamente, repleta de actividades festivas por todas as freguesias. Um aspecto a ser tido em linha de conta pelos organizadores em edições futuras.

O programa de animação da Festa do Vinho é sempre assumido por grupos locais, o que se enquadra efectivamente na estratégia de dinamização da região. E, quase a fazer dez anos, a Festa do Vinho constitui-se como uma das iniciativas essenciais no quadro das actividades de Basto. Para o ano há mais!

F. B.



Francisco Botelho

LEADER+ para o mundo rural

Dossier de quatro páginas - Textos da DGDRural adptados pela Redacção

À problemática do desenvolvimento rural estão hoje associados, cada vez mais, problemas pertinentes para a sociedade contemporânea, como sejam a preservação do ambiente e dos recursos naturais, o despovoamento e a desertificação, a baixa densidade populacional e o envelhecimento da população. Ao ousar enfrentar estes velhos problemas com novas soluções de desenvolvimento, o programa LEADER+ apoia prioritariamente as estratégias que visam melhorar as possibilidades de emprego e de actividade para as mulheres, jovens e populações do mundo rural em geral. A conservação da natureza e, em especial, a manutenção da biodiversidade, bem como a protecção da paisagem rural, só são possíveis com a continuação das populações nas zonas rurais e a dinamização da sua economia social local. As orientações relativas ao LEADER+, especificadas na Comunicação da Comissão aos Estados-Membros de 14 de Abril de 2000 e enquadradas nos objectivos da política de coesão económica e social europeia, nomeadamente a redução das disparidades sócioeconómicas entre as regiões europeias, sublinham a importância das populações locais tomarem consciência do valor dos seus territórios, da riqueza das suas identidades e da qualidade do seu património e das suas paisagens e, nesta perspectiva, apontam para a necessidade de se criarem condições para a aquisição de competências e intervenção activa dos actores locais nos seus territórios. Os objectivos gerais e opções estratégicas do LEADER+ estão assim orientados para a preservação e valorização dos recursos naturais e paisagísticos e, consequentemente, associados à melhoria das condições de vida das populações.



Paula Matos dos Santos

Objectivos

O programa LEADER+ promove abordagens de desenvolvimento local em meio rural, proporcionando a experimentação e a emergência de novas soluções para os problemas do mundo rural. Com estas iniciativas pretende-se incitar e apoiar os diversos actores do espaço rural a reflectirem sobre o potencial dos seus territórios, incentivando a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável, integradas e de grande qualidade. Estas intervenções deverão contribuir para valorizar o património natural e cultural, reforçar o ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho, dinamizar a capacidade empreendedora e organizacional das comunidades envolvidas. A cooperação e ligação em rede destas intervenções é um dos pilares fundamentais deste programa, no pressuposto que muitas das soluções se constroem em articulação entre territórios e actores.

Beneficiários

Os beneficiários são os Grupos de Acção Local (GAL) que concebem, em conjunto, estratégias de desenvolvimento para os seus territórios e são responsáveis pela sua aplicação. Estas parcerias são unidades de decisão constituídas, na sua maioria, por instituições económicas e associações locais que apreciam, aprovam e acompanham projectos inovadores e demonstrativos no âmbito do desenvolvimento local em meio rural. Os GAL actuam em territórios de pequena dimensão e de carácter rural, formando um conjunto homogéneo do ponto de vista geográfico, económico e social. A população do território não deverá exceder, regra geral, os 100.000 habitantes, quanto às zonas de maior densidade populacional (da ordem dos 120 habitantes/Km²), nem deve ser inferior, regra geral, a cerca de 10.000 habitantes. Em Portugal, os GAL são uma expressão equilibrada e representativa da associação de entidades e organizações diversificadas e de vários meios socioeconómicos dos territórios rurais que, para efeitos de decisão, se constituíram em parcerias locais. No contexto do convite público para apresentação de candidaturas ao Vector I do LEADER+ foram seleccionados 52 GAL. Destes, 40 (76,9% do total) são entidades com personalidade jurídica e os restantes 12 são conjuntos de parceiros sem personalidade jurídica. As associações particulares sem fins lucrativos, sob a forma de associações de desenvolvimento local e rural, são a forma jurídica predominante no universo das 52 entidades designadas como responsáveis administrativa e financeiramente pela aplicação dos Planos de Desenvolvimento Local: 94,2% do total, ou seja, 49 das entidades. Das restantes duas são cooperativas e uma tem a forma de agrupamento complementar de empresas. Em termos de representatividade a presença dos agentes socioeconómicos nos GAL foi perspectivada através de uma grelha em que foram considerados os diversos tipos de entidades. Neste contexto verificou-se a seguinte distribuição:

Tipos de entidades	N.º de GAL	%
Organizações do sector primário	50	96.2
Organizações de outros sectores produtivos	39	75.0
Entidades associadas ao ambiente e ao património	19	36.5
Instituições de solidariedade social	35	67.3
Organizações ligadas á cultura, ao desporto e ao recreio	33	63.5
Organizações ligadas á educação e à formação	27	51.9
Associações de desenvolvimento regional, rural e local	34	65.4
Organismos da Administração Pública	52	100,0
Outras entidades	31	59.6

Territórios abrangidos

Os Planos de Desenvolvimento Local (PDL) apresentados por cada um dos GAL seleccionados propõem estratégias territoriais de desenvolvimento bastante diferenciadas para um vasto conjunto de territórios de características essencialmente rurais.

Tal diferenciação é desde logo evidente nos temas federadores que enquadram a estratégia de desenvolvimento proposta pelos GAL:

- 2 GAL elegem como tema forte a "utilização de novos repositórios de saber-fazer e de novas tecnologias";
- 19 GAL escolhem a "melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais" como tema federador;
- 11 GAL preferem uma estratégia fundada na "valorização dos produtos locais";
- 10 GAL dão preferência a um desenvolvimento sustentado a partir da "valorização dos recursos naturais e culturais", e, finalmente,
- 10 GAL consideram que a "proporção e o reforço das componentes organizativas e das competências das zonas rurais" é o elemento central da estratégia desenvolvida para a respectiva zona de intervenção.

Medidas elegíveis

As medidas elegíveis da iniciativa LEADER+ integram-se em torno de três eixos ou vectores fundamentais para o desenvolvimento rural: o desenvolvimento de estratégias territoriais de desenvolvimento rural, a cooperação entre territórios rurais e o incentivo à colocação em rede de todas as zonas rurais da União Europeia.

Vector 1: Estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto, assentes na abordagem ascendente e na parceria horizontal

O conjunto de acções a realizar neste vector devem estar integradas num plano de desenvolvimento local e articuladas em torno de um tema forte que pode variar desde a utilização de novas tecnologias para tornar mais competitivos os produtos e serviços dos territórios, à melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e a valorização dos seus produtos locais.

A emergência de novos produtos e serviços, um dos aspectos a incentivar pelo LEADER+, deve incorporar as especificidades locais, assim como suscitar novas abordagens que viabilizem todo o potencial endógeno e que promovam formas originais de organização e de implicação da população local nos processos de decisão e de execução dos projectos.

Vector 2: Apoio à cooperação entre territórios rurais

A cooperação entre territórios rurais é outro dos eixos fundamentais do LEADER+, desejando-se que dessa cooperação resulte um verdadeiro valor acrescentado para o território. Este vector do LEADER+ será aplicado aos territórios rurais seleccionados no contexto do vector 1 da iniciativa e executado sob a responsabilidade de um GAL que assumirá o papel de interlocutor.

Os programas de cooperação consistem na realização de uma acção comum, de âmbito interterritorial ou transnacional, devendo atingir a massa crítica necessária à viabilidade de um projecto comum.

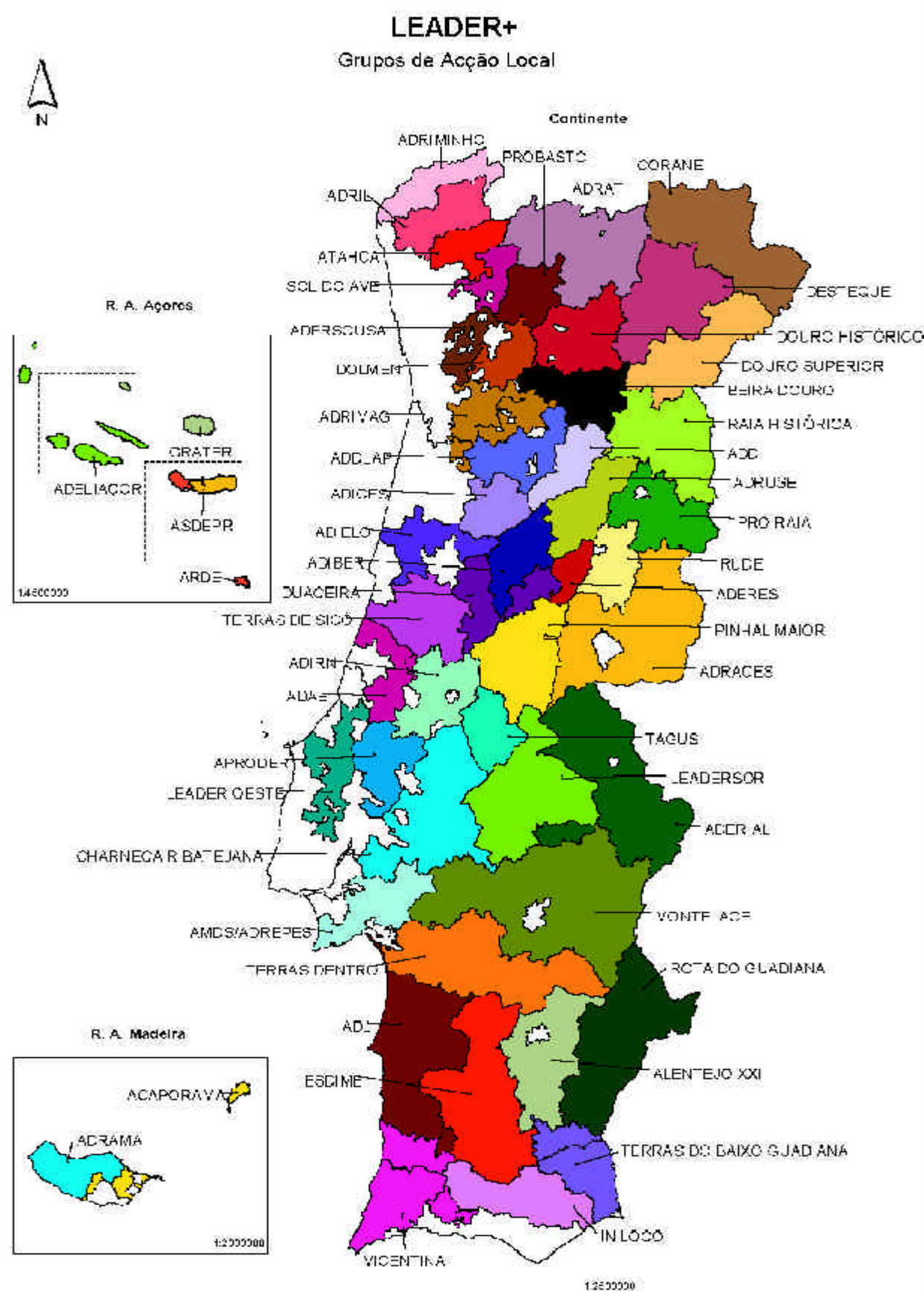
Na cooperação interterritorial só as operações relativas aos territórios seleccionados no âmbito do LEADER+ são elegíveis para efeitos de co-financiamento comunitário. No entanto, as despesas de animação tornam-se elegíveis para todos os territórios implicados.

A cooperação transnacional será aplicada aos Grupos de Acção Local de, pelo menos, dois Estados-membros. Todavia, sempre que um território seleccionado a título de LEADER+ entre em cooperação, de acordo com as condições do presente vector, com um território de um país exterior à Comunidade Europeia organizado com base na abordagem LEADER, as despesas atinentes relativas ao território LEADER+ passam a ser elegíveis.

Vector 3: Colocação em rede de todas as zonas rurais da União Europeia

A cooperação e ligação em rede destas intervenções é um dos pilares fundamentais deste programa, no pressuposto que muitas das soluções se constroem em articulação entre territórios e actores.

A colocação em rede dos territórios rurais, beneficiários ou não da iniciativa, bem como de todas as organizações e administrações implicadas nestas acções territoriais, é outro dos objectivos



Ao nível europeu, um "observatório dos territórios rurais" dirigido pela Comissão assegurará a constituição de redes no contexto europeu.

A importância financeira de cada um dos vectores é muito desigual e foi estabelecida em colaboração com a Comissão. Ao Vector 1 foram afectos fundos públicos no valor de 191.619.000 euros enquanto que aos Vectores 2 e 3 foram consignados, respectivamente, 17.271.000 euros e 5.591.000 euros das verbas públicas. Para a assistência técnica (Vector 4) estão destinados fundos públicos comunitários e nacionais no valor de 9.157.333 euros.

Quadro financeiro indicativo por eixos prioritários e medidas (2000-2006)

Eixos prioritários/Medidas	Custo total	Contribuição Pública			Contribuição Privada
		TOTAL	FEOGA	Nacional	
EIXO PRIORITÁRIO 1 - Estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto	233.992.000	191.619.000	139.631.000	51.988.000	42.373.000
Medida 1 - Investimentos	149.054.754	111.791.066	78.253.746	33.537.320	37.263.688
Medida 2 - Acções imateriais	49.684.918	44.575.606	34.938.003	9.637.603	5.109.312
Medida 3 - Aquisição de Competências	153.528	153.528	115.151	38.377	0
Medida 4 - Desp.Func. Dos GAL	35.098.800	35.098.800	26.324.100	8.774.700	0
EIXO PRIORITÁRIO 2 - Apoio à cooperação entre territórios rurais	18.180.000	17.271.000	10.908.000	6.363.000	909.000
Medida 1 - Coop. Interterritorial	13.635.000	12.975.506	8.181.000	4.794.506	659.494
Medida 2 - Coop. Transnacional	4.545.000	4.295.494	2.727.000	1.568.494	249.506
EIXO PRIORITÁRIO 3 - Colocação em rede	5.591.000	5.591.000	4.193.000	1.398.000	0
EIXO PRIORITÁRIO 4 - Despesas de gestão, acompanhamento e avaliação do programa	9.157.333	9.157.333	6.868.000	2.289.333	0
TOTAL	266.920.333	223.638.333	161.600.000	62.038.333	43.282.000

Unidade Euros | Fonte: DGD Rural

Ao nível do **Eixo 1** assumem particular relevância a Medida 1 - Investimentos e Medida 2 - Acções Imateriais. Na primeira deverão ser utilizados cerca de 58,4% dos fundos adstritos ao Eixo, com uma comparticipação comunitária média de pouco mais de 50% e um co-financiamento privado médio de 25%, e prevê-se atingir um efeito alavanca igual ou superior a 1,33. Para a Medida 2 estão afectos cerca de 23,3% dos fundos públicos. As despesas de funcionamento dos GAL (Medida 4) deverão representar, no máximo, 18,3% das despesas públicas e 15% do custo total programado para o Eixo 1.

O **Eixo 2** compreende duas medidas: uma, para a cooperação entre territórios rurais nacionais, e outra para a cooperação internacional entre territórios rurais. Para a primeira foram afectos fundos públicos no valor de 12.975.506 euros e na cooperação transnacional prevê-se utilizar 4.295.494 euros.

A utilização das verbas afectas aos Eixos 1 e 2 será da responsabilidade dos GAL, no contexto e de acordo com os respectivos Planos de Desenvolvimento Local e Planos de Cooperação. No que respeita aos Eixos 3 e 4 - Colocação em rede e Assistência Técnica, respectivamente - a beneficiária da subvenção global é a Direcção Geral de Desenvolvimento Rural na qualidade de organismo intermediário.

O que se espera do LEADER+

Com este programa pretende-se aprofundar metodologias e incentivar novas abordagens ao desenvolvimento local em meio rural, enriquecendo-se a acção territorial, o trabalho em rede e a cooperação interterritorial e transnacional, contribuindo para o reforço da competitividade dos territórios e gerando novas dinâmicas locais.

Os elementos de referência desta iniciativa comunitária estão associados à identificação de um conjunto de potencialidades que podem favorecer o desenvolvimento os territórios rurais, como seja, a existência de importantes e diversificados recursos naturais, patrimoniais, paisagísticos, culturais e gastronómicos, apoiando técnica e financeiramente acções e projectos que possibilitem a diversificação de actividades e a criação de serviços de proximidade.

A riqueza, a diversidade e o elevado grau de conservação do espaço rural português são espaços de oportunidades em matéria de defesa e aproveitamento das amenidades rurais, isto porque, nas respostas às necessidades das populações locais se podem aliar interesses ambientais e simultaneamente sociais, reconhecendo as complementaridades presentes nas variadas soluções.

LEADER+ : grande desafio para as zonas rurais em Portugal

Os grandes desafios para o mundo rural passam pelo reforço da coesão social e da competitividade dos territórios rurais, aspectos que hoje são decisivos para, em Portugal, valorizar a imagem e auto-estima das populações rurais.

O LEADER+ pode também contribuir para democratizar os processos de gestão e de participação local, graças à sua abordagem ascendente e participada. Sendo a sua gestão descentralizada, pode ajudar a promover a criatividade das respostas a velhos problemas, já que a sua natureza piloto permite experimentar e testar novas abordagens em matéria de desenvolvimento rural.

A aquisição de competências, um dos pontos-chave deste Programa, deixa antever algumas das grandes possibilidades para o futuro: criar novas competências nas zonas rurais, com carácter de sustentabilidade, ousando contrariar as tendências de desertificação, isolamento e fragilidade económica e social. Claro que é preciso ter presente que este Programa não resolve, por si só, os grandes problemas que coexistem nestas zonas, mas tenhamos a certeza que com o LEADER+ é possível preservar o ambiente, respeitar os recursos endógenos e promover o desenvolvimento sustentável.



A caminho do +

Na origem da criação da Federação Minha Terra estiveram as preocupações das ADL com o desenvolvimento rural e com os princípios do desenvolvimento local que continuam a orientar as suas actividades e tomadas de posição.

Os objectivos, expectativas e preocupações das Associações de Desenvolvimento Local, das parcerias localmente construídas e da administração central, são os de melhorar, reforçar e qualificar a experiência que foi iniciada há mais de dez anos e lutar em parceria pelo desenvolvimento sustentável do espaço rural português.

Assume-se que a luta pela qualidade de vida e contra a exclusão social, contra a desertificação dos territórios e o envelhecimento da população; a preocupação com as questões ambientais; a promoção do emprego, dos valores da cidadania, da democracia e da solidariedade, são alguns dos objectivos que nos unem na “implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento rural”, conforme é mencionado no Plano Nacional de Enquadramento do LEADER+.

Os resultados...

As avaliações e auditorias realizadas ao programa LEADER em Portugal, apontam as boas práticas de funcionamento e de gestão local e relevam mesmo os seus interessantes níveis de eficácia e de sucesso.

O Programa conta hoje com 52 Associações de Desenvolvimento Local (que cobrem cerca de 85% do território português), centenas de técnicos de diversas áreas académicas (sociólogos, biólogos, agrónomos, economistas, licenciados em direito, filosofia, geografia, etc.). Um sem fim de competências que noutras circunstâncias jamais se teriam fixado nas zonas rurais.

De facto, é uma realidade evidente o impacto positivo do programa LEADER em diferentes áreas, desde a dinamização económica dos territórios e a criação de empregos, até à criação e consolidação dos circuitos de promoção, valorização e comercialização das pequenas produções de qualidade. Embora diversificadas, as intervenções locais do programa são realizadas com base numa metodologia posta em prática ao longo de dez anos e assente naquelas que são conhecidas como as sete especificidades do LEADER (inovação; abordagem territorial; abordagem ascendente; descentralização das decisões; desenvolvimento integrado; na parceria local; organização em rede). Ou seja estamos perante um modelo mais endógeno, mais integrador e multisectorial, mais participativo, auto-gestionário e eficiente.

O programa LEADER em Portugal promoveu o envolvimento da sociedade civil na questão pública e promoveu a parceria do público e do privado nas estruturas locais de desenvolvimento. Esta partilha de poder revela-se como uma experiência extremamente eficaz e pedagógica, e é uma expressão, entre outras, das enormes potencialidades deste programa. Portanto: a metodologia está estudada, testada e julgamos nós aprovada. A sociedade civil dialoga com a administração central e local e participa no diagnóstico e na concepção de estratégias locais de desenvolvimento. Trata-se de aprofundar a cidadania e isso é consolidar a democracia e a participação.

Constrangimentos e soluções

No entanto, os constrangimentos existem e ao MADRP cabe um papel fundamental na definição e na implementação de uma política concertada de desenvolvimento rural, para que os propósitos da iniciativa comunitária LEADER+ sejam prosseguidos em Portugal.

Consideramos que é fundamental uma maior articulação e coerência entre a teoria e a prática, ou seja entre a filosofia e as normas do Programa. A produção de todo o quadro norma-



Paula Matos dos Santos

tivo referente ao programa tem que ser mais coerente com o espírito e filosofia da Iniciativa Comunitária LEADER. Não podemos com as normas fragilizar o potencial deste programa. Se concordamos que a descentralização das decisões, ou seja, a autonomia das entidades gestoras é uma das especificidades do programa LEADER que mais impactos positivos tem na eficácia e eficiência dos programas de desenvolvimento local, esta autonomia não pode ser uma mera figura de retórica.

O mesmo poderíamos dizer dos níveis de flexibilidade e do carácter experimental e de função de laboratório que o LEADER deve assumir enquanto programa inovador e gerador de inovação.

Não é legítimo atribuir aos territórios a capacidade de pensar e definir o seu desenvolvimento e depois cercar mecanismos fundamentais de operacionalização dos planos de desenvolvimento local.

Sendo a questão da animação local dos territórios um aspecto essencial na implementação destes planos, não nos parece coerente, nem eficaz que sejam exactamente estes, os projectos que são objecto de maiores imposições e limitações. A riqueza do LEADER também reside na inevitável diversidade de abordagens resultantes de realidades que, por serem locais, são igualmente diversas. Concordamos que há necessidade de regras mas alertamos: para regulamentar este programa é indispensável compreender o local.

A realidade do Programa é dura e complexa. Dispomos, nestes sete anos, dos mesmos montantes financeiros para um maior número de territórios e para um período mais alargado de tempo. Esta situação faz antever uma série de dificuldades:

- as expectativas dos potenciais promotores nos territórios terão que ser objecto de uma cautelosa gestão, no sentido de se evitarem conflitos e tensões desacreditadoras do LEADER e conducentes à ineficácia;
- por outro lado, a implementação dos programas de desenvolvimento local, requer dos grupos de acção local e das equipas técnicas locais, uma especial atenção de forma a que os seus objectivos centrais sejam prosseguidos.

A estas dificuldades acrescem as novas exigências e regras impostas pela União Europeia, nomeadamente:

- a regra de um único adiantamento às entidades gestoras no valor de 7%;
- as transferências financeiras efectuadas pela forma de pagamentos e não de adiantamentos, como até aqui acontecia;
- as limitações impostas quanto aos níveis de comparticipação aos investimentos produtivos;

Nas conversações regulares com a Federação Minha Terra ao longo dos últimos meses, os responsáveis nacionais pelo LEADER foram alertados para estas e outras dificuldades, em relação às quais se torna necessário equacionar algumas soluções:

- é crucial que, sem atropelar a legislação comunitária e nacional, todos os procedimentos, relativos à gestão do LEADER+, decorram com a celeridade e adequação

técnica indispensáveis à prossecução dos objectivos do programa;

- é fundamental que o MADRP desenvolva um maior esforço para articular a implementação dos programas de interesse para o espaço rural de forma a beneficiar eficazmente esses territórios. É fundamental que essa articulação se efectue ao nível territorial, sectorial e temporal;
- por estarem profundamente enraizadas nos territórios, pelas parcerias que as constituem e pela experiência adquirida, as ADL são um dos interlocutores privilegiados a nível local, para conjuntamente com o MADRP colaborarem na implementação de alguns programas.
- à semelhança do que está a acontecer noutros países, e retomando uma aspiração antiga do movimento português de desenvolvimento local, ainda é tempo de criar (recorrendo aos meios financeiros do QCA III) um **programa nacional de desenvolvimento rural** inspirado na Iniciativa Comunitária LEADER - comprovadamente eficaz.

Neste sentido, e como um contributo nosso para uma política de desenvolvimento rural consideramos fundamental uma política de ordenamento do território rural, a existência de instrumentos financeiros, técnicos, tecnológicos, administrativos e fiscais de ordenamento do espaço rural, uma maior articulação entre todas as entidades locais, regionais e nacionais com políticas e medidas adaptadas aos territórios, sendo necessário definir de forma clara os respectivos compromissos políticos e financeiros, é necessária uma maior articulação, flexibilidade e integração de projectos, é necessária a inclusão de medidas de carácter social e de combate à exclusão social, deve entender-se que o desenvolvimento rural deve tratar do aprofundamento da democracia.

O desafio às ADL

O desafio às associações traduz-se num desafio ao seu futuro. Estamos cientes que os próximos anos irão ser, em Portugal, anos fulcrais para as Associações de Desenvolvimento Local e para os seus territórios.

Por isso, a consolidação das parcerias locais, a relação equilibrada com o Estado e a qualificação da intervenção das ADL constituem aspectos fundamentais que devem merecer atenção especial de todos nós.

Embora o programa LEADER se revele como um instrumento metodológico poderoso para a construção de um mundo rural melhor e mais viável, o desenvolvimento rural deve estruturar-se à volta de um conjunto de mecanismos financeiros e técnicos que não só a Iniciativa Comunitária LEADER.

Minha Terra
Federação Portuguesa das Associações
de Desenvolvimento Local

Cooperação Portugal - Timor-Leste

Visita de administrador abre portas à cooperação

Reforçar "os laços de amizade" entre Timor-Leste e Portugal, e identificar possibilidades de estabelecer parcerias entre entidades dos dois países, foi o ponto de partida da visita do Administrador do distrito de Lautem a Portugal, que decorreu entre 21 de Julho a 9 de Agosto último. O programa, promovido e organizado pela INDE privilegiou contactos com entidades de Norte a Sul do país, numa lógica de partilha de saberes, interesses e experiências.

O interesse e disponibilidade manifestados, desde logo, pelas entidades contactadas - que assim se associaram à iniciativa - permitiram não só sublinhar a importância e necessidade de Portugal continuar a apoiar financeira e tecnicamente Timor-Leste, como possibilitou avançar algumas ideias de projectos, designadamente no âmbito do Vector 2 do programa LEADER+ através do qual as associações de desenvolvimento local podem vir a cooperar com países fora da União Europeia.

Depois do encontro com a Embaixadora de Timor-Leste - que abriu o programa - e onde ficou claro o interesse e a oportunidade que esta iniciativa representa para aquele território numa altura em que a independência de Timor-Leste obriga a redefinir a cooperação e a uma maior implicação de outros actores da sociedade civil portuguesa, e onde o investimento continua a ser prioritário, o Administrador de Lautem, Olávio da Costa, deu início a um périplo de dois dias que o levou até terras transmontanas. Quer a reunião na Associação de Municípios Portugueses (ANMP), em Coimbra, quer os encontros nas Câmaras Municipais de Palmela e Boticas, permitiram não só reforçar este interesse e necessidade, como identificar as áreas onde esse apoio é mais necessário e urgente. Foi, pois, com clara satisfação que Olávio da Costa acolheu a ideia da ANMP avançar com a criação de uma associação semelhante àquela em Timor-Leste, e onde, de resto, já se encontra um representante daquela associação.

Educação, saúde, agricultura...

De volta à capital, o Administrador de Lautem foi recebido na Associação Industrial Portuguesa e na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Explorar possibilidades de trabalho em conjunto, em particular no apoio a iniciativas económicas e de formação de agentes económicos em Lautem, para a primeira, e reforçar a difusão da língua portuguesa em Timor-Leste, para a segunda, são dois dos caminhos possíveis para reforçar relações de parceria com aquele território.

Na região Oeste, o administrador timorense foi recebido na Associação de Desenvolvimento Local LeaderOeste e em duas câmaras associadas desta: Cadaval e Bombarral. Partilhar experiências nas áreas da agricultura e do associativismo foram os principais temas de conversa, se bem que a produção de energia eólica também tenha despertado a curiosidade e interesse do Administrador de Lautem, uma vez que o fornecimento de energia eléctrica é uma das principais preocupações daquele Distrito.

... e infra-estruturas são as áreas prioritárias

Por terras alentejanas, Olávio da Costa estabeleceu contactos com diversas entidades da região: Câmara Municipal de Odemira, associação de desenvolvimento local - TAIPA e associações de produtores membros, Caixa de Crédito Agrícola de S. Teotónio, Associação de Beneficiários do Mira, duas associações de desenvolvimento gestoras do LEADER+, e ainda Governo Civil de Beja. Neste último, o administrador de Lautem teve oportunidade de reunir com o Governador Civil, um representante do NERBE e ainda um grupo de 10 empresários do distrito. Do encontro, se, por um lado, foi notório para todos que a distância geográfica dificulta o intercâmbio, por outro, todas as entidades contactadas se mostraram receptivas quer em prestar apoio técnico quer receber estagiários timorenses.

No caso das associações de desenvolvimento local gestoras do programa LEADER+ - ADL e Vicentina - discutiu-se a hipótese de estas virem a incluir um projecto de cooperação com Timor-Leste no âmbito do Vector 2 do LEADER+, especialmente a ADL uma vez que a Vicentina já se encontra envolvida num projecto com outro país da CPLP.

Novamente rumo ao Norte, Olávio da Costa partiu em direcção a Peniche para um encontro na câmara daquele município e outro na ADEPE (associação de desenvolvimento de Peniche). Antes de deixar o nosso país, com uma mão cheia de ideias e outra de coisas boas, para mais tarde recordar esta visita, o Administrador de Lautem foi recebido por várias entidades portuguesas activas em Timor-Leste - CIDAC, MDM-P, OIKOS, Instituto Marquês Valle Flor, CCT, ICP, Gulbenkian, Gertil, e Fundação Oriente. Pelo meio, a visita ficou marcada por uma ida a Montemor-o-Novo para conhecer a associação de desenvolvimento local - MARCA onde, através da apresentação de duas acções que se desenvolvem numa lógica de recuperação de tradições e práticas tradicionais, nomeadamente, o fabrico de tijolos, se procurou construir pontes com a realidade timorense; pontes de parceria, solidariedade e amizade, que de resto já nos unem.

Paula Matos dos Santos
pmsantos@inde.pt



II Encontro de Artes e Ofícios

«O património que representam as Artes e Ofícios no nosso país é um bem que importa reconhecer e promover enquanto elemento representativo da identidade cultural e factor de criação de emprego e de promoção do desenvolvimento local.»

Na sequência do I Encontro, no ano passado, a ADICES em parceria com a Câmara Municipal de Santa Comba Dão, organizou o II Encontro de Artes e Ofícios, que decorreu de 14 a 18 de Agosto, em simultâneo com as festas da cidade.

Este ano, o certame abrangeu três áreas (Exposição, Espaço Informativo, e Loja), e estiveram representadas diversas artes e ofícios da região: ferro forjado e latoaria; cestaria e vassouraria; restauro de mobiliário, artefactos de madeira e tanoaria; artefactos, mantas e bonecas de pano; cerâmica de Gândara, barro negro de Molelos, cerâmica decorativa, pintura em azulejo; produção artesanal de azulejo e calçada portuguesa. E, à semelhança da primeira edição, os objectivos foram atingidos: demos dignidade às artes e ofícios, colocando-os numa “galeria de arte”; chegámos aos mais jovens mostrando-lhes de forma animada e criativa a actividade artesanal da região; e procurámos mudar a imagem na região das incontáveis feiras de artesanato nacionais que, no nosso ponto de vista, deverão ser repensadas, tendo em conta a promoção da imagem dos produtos artesanais e não a sua desvalorização.

Estes encontros pretendem promover a actividade artesanal junto da população local e visitantes, especialmente dos mais jovens, de potenciais investigadores, quer como potencial actividade económica ao nível profissional, quer como alternativas para a ocupação dos seus tempos livres. Simultaneamente, procuram a dignificação, qualificação

e consolidação do próprio espaço das Artes e Ofícios da região.

Com a organização deste evento queremos ainda mostrar todas as vertentes das artes e dos ofícios da região: a oficina, o artesão, a matéria-prima, as dificuldades, as oportunidades, a juventude, o mercado, a comercialização, a formação, a certificação, os “segredos”, a qualidade, o profissionalismo... o saber fazer!

ADICES



A “Minha Terra” no Desenvolvimento Sustentável

A poucos dias da Cimeira de Joanesburgo, decorria em Portugal a discussão pública da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), a Federação Minha Terra participou activamente em duas sessões e endereçou uma contribuição por escrito ao grupo de trabalho responsável pela redacção da versão final.

O documento disponibilizado para discussão, elaborada pelo Instituto do Ambiente num prazo de três meses, é uma primeira resposta ao compromisso assumido por Portugal na Conferência do Rio, em 1992, no âmbito da Agenda 21. A resposta, precipitada pela realização da reunião de Joanesburgo, vem tarde e ainda não basta, pois o presente documento corresponde apenas ao enunciar de princípios orientadores de ordem estratégica. Faltam objectivos, faltam indicadores e faltam sobretudo as referências aos instrumentos que vão permitir implementar na prática esta ENDS.

Na linha da reflexão iniciada com o caderno temático “Desenvolvimento Sustentável: uma referência comum”, publicado como suplemento do Pessoas e Lugares de Novembro de 2001, a “Minha Terra” defendeu como um dos principais instrumentos para operacionalizar a ENDS, a implementação das Agendas 21 Locais. Trata-se de processos participativos, integrados, com uma forte componente de animação local, cuja condução não deve estar exclusivamente a cargo dos municípios. As Associações de Desenvolvimento Local com uma vasta experiência na animação de programas e projectos de cariz ascendente, participativo, multisectorial, etc. podem e devem ter um papel fundamental no lançamento das Agendas 21 Locais, alargando ainda mais as parcerias locais e estabelecendo parcerias verticais com os organismos responsáveis a nível regional e nacional.

Federação Minha Terra

Ocupando cerca de 87,5% da superfície do território nacional, os territórios de objecto de intervenção no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Local (PDL) apresentados por cada um dos 52 Grupos de Acção Local (GAL) seleccionados propõem estratégias territoriais de desenvolvimento bastante diferenciadas.

Divulgar os territórios LEADER+ nacionais, apresentando os GAL que os propuseram, aproveitando-se a oportunidade para apresentar de forma sumária os respectivos PDL, é o objectivo desta nova rubrica - **Territórios** - que o *Pessoas e Lugares* passará a incluir, a partir do próximo número.

Constituindo um caderno de quatro páginas, precisamente as páginas centrais, pretende-se com esta nova rubrica fazer uma apresentação sintética do território nacional onde o Programa LEADER+ é implementado bem como uma divulgação fundamentada da estratégia definida pela parceria local para implementação dos respectivos PDL. As principais linhas de força de cada um dos PDL apresentados pelos GAL - objectivos, articulação e integração com outros instrumentos de política, medidas, submedidas e acções previstas, e a própria caracterização dos GAL (composição, natureza, etc.) serão, assim, a coluna vertebral desta rubrica.

Elaborada em estreita colaboração com os GAL, **Territórios** poderá contribuir para a divulgação das entidades locais LEADER, dentro e fora dos seus próprios territórios, e promoção dos valores do mundo rural, contribuindo assim também na identificação, salvaguarda e potencialização dos seus recursos naturais e culturais e, consequentemente, na melhoria das condições de vida das populações.

Por decisão do Conselho Editorial, a rubrica será lançada com a apresentação dos quatro novos territórios LEADER em Portugal. Assim, no próximo número do *Pessoas e Lugares* falar-se-á da Península de Setúbal e da entidade à qual foi atribuída a responsabilidade de gestão e acompanhamento do PDL apresentado para este território - ADREPES.

Nota da Redacção



Paulo Bernardino - tocador e construtor de pífaros e bombos

O mestre tocador de pífaro

Pífaros, bombos e caixas. Mão hábeis e paciência infinita, Paulo Bernardino, constrói e toca todos estes instrumentos, mas é o pífaro que lhe recolhe a preferência. Seja em “casa”, no Grupo de Bombos de Silvares, no Fundão, seja numa das muitas participações no exterior, é como tocador deste instrumento que gosta de ser reconhecido.

“Faço bombos para todo o nosso país.” Orgulho arrancado do fundo da alma, Paulo Bernardino não resiste ao auto-elogio. Após uma vida inteira dedicada às artes dos bombos e do pífaro, o mestre fabricante e tocador acredita não ter na região um rival à altura.

Olhos arregalados, movimentos vibrantes e agitados, dispara num fôlego: “ainda agora fiz 25 bombos para o INATEL”. O número é atirado como um atestado da capacidade de produção. “Já viu!? Para fazer 25 bombos é preciso um rolo de corda muito grande. Um bombo tem seis braçadas. É muita corda”, acrescenta num tom de confirmação da análise desenhada.

A perícia não se circunscreve à capacidade de produção. Participa activamente no Rancho Folclórico de Silvares e organiza um Grupo de Bombos. “Quando vêm cartas para aqui, para o ‘Grupo de Bombos de Silvares’, os carteiros trazem tudo para a minha caixa. O tipo dos bombos de Silvares sou sempre eu”, esclarece com indisfarçável orgulho. A razão de ser desta consideração local assenta no grupo que lidera e no qual também tocam os seus filhos. É por causa desta formação familiar que “nas camisolas do meu grupo tem escrito ‘Grupo de Bombos de Silvares Pai e Filhos’, mais o número de telefone”.

A escolha dos filhos não se prende com decisões tomadas em função do privilégio familiar. Paulo Bernardino acredita no talento da sua prole. “Tenho dois filhos, que não há pai para eles”, salienta com vaidade. Bons aprendizes e seguidores do mestre, com ele tomaram conhecimento da arte. Para tocar bem, é necessário manter os bombos ligeiramente inclinados para a esquerda, apoiados sobre o joelho. O instrumento fica suspenso a tiracolo diante do instrumentista, preso por uma correia apoiada sobre o ombro esquerdo e que passa por debaixo do braço direito. O tocador pode empunhar uma ou duas macetas, conforme o costume de Lavacolhos, ligadas por uma tira de couro. A mão direita (batedeira) bate o ritmo, enquanto a esquerda (berdoeira), cujo braço apoia o movimento, bate intermitentemente com um som pendular, a fim de obter sons mais surdos, pela abreviação da ressonância.

“O bombo não é para todos”

“É preciso tocar bem o bombo. Não é para todos, é preciso saber”, argumenta Paulo Bernardino, enquanto demonstra a técnica quase escondido por detrás do volume do bombo. As pancadas devem ser dadas de alto para baixo, no centro do instrumento, com um movimento seco e breve. Muitos tocadores gostam de bater horizontalmente, o que permite maior sonoridade e a realização do desejo de “romper a pele”. Nestes casos, a rápida propagação da notícia é altamente compensadora para o prestígio do tocador. Paulo Bernardino reconhece esta artimanha: “Uma vez, estava a tocar em França, e o meu filho até ficou com os arcos nas mãos. Escavacou tudo”, sublinha.

Para o mestre, a convivência regular com os bombos garantiu uma aprendizagem precoce. Com cerca de 20 anos já se considerava um tocador a sério. Mas, já antes tocava com frequência, e cedo descoberta a arte, lançou-se como tocador em festas. “Nessa altura, já tinha um grupo desses de se tirar o chapéu.”

Hoje, além da produção profícua, que garante resposta a encomendas numerosas, Paulo Bernardino aposta na qualidade dos bombos que

fabrica. “Tenho ali uns bombos de categoria. Estão num sítio mais seco, porque aqui tomam bolor e estragam-se.” Os métodos de fabricação são iguais em toda a parte. Tudo começa com uma folha de zinco de 2,50 metros de comprimento por 30 centímetros de largura que é forçada a fazer um arco de mais ou menos 80 centímetros de diâmetro. Os bordos são rebatidos e dois sulcos em todo o comprimento tornam-no mais resistente. As membranas são duas peles de cabra, previamente postas de molho durante meia hora, e que são adaptadas de um lado e outro do cilindro. Depois, é ainda necessário usar “dois arcos de silva, dois arcos de madeira, corda, e grampos”. Cosidas em volta dos aros de silva ou esteva, as peles ficam aptas a preencher o vazio do cilindro. Aí são mantidas em posição por dois aros de madeira de mimosa ou castanheiro. Então, pequenos ganchos em forma de “S”, com cinco ou seis centímetros são colocados sobre os aros, e são apertados entre si por uma corda com laços em “Y”. “Dá muito trabalho”, adverte Paulo Bernardino, “mas, quando está a chover e tenho vagar entretenho-me aqui a fazer”.

Com os restos da pele de onde foram fabricadas as membranas são feitas as massetas ou “baçanetas”. O cabo é de madeira. “Eu faço com pau de castanho. Aqui dentro é cortiça e em volta tem a pele. Mas a pele tem de ser verde, não se pode ter pele guardada. Quando se esfolia uma cabra e a pele está verde é que dá”. Depois, prende-se com uma corda e prega-se. Tarefa que uma pessoa sozinha não é capaz de realizar, sendo preciso ajuda de uma segunda para segurar. Também as massetas têm a sua arte, e Paulo Bernardino não o esconde: “está a ver ali na parede as massetas que antigamente fazia, quando comecei? Aquilo não presta para nada. Está ali de recordação”, dispara numa demonstração de exigência.

“Gosto mais de tocar pífaro”

O prazer da música, do toque e do fabrico, não se esgota nos bombos. Paulo Bernardino não é homem de um instrumento só. “Toco bombo, caixa e pífaro.” Versatilidade que o enche de orgulho, pela habilidade revelada, tanto mais que nunca aprendeu a ler uma pauta. Saber tocar é



João Limão

uma coisa e gostar é outra. Quando questionado não hesita: “Gosto mais de tocar pífaro.” Porquê? “É mais difícil.” É por isso que a participação de Paulo Bernardino nos grupos da região se restringe ao toque deste instrumento. “Com o meu grupo só toco pífaro, e com o rancho e com outros grupos também só toco pífaro.”

Mas, a arte não se esgota no toque de pífaro. À semelhança dos bombos, o fabrico também lhe preenche os dias. O pífaro inscreve-se na linha das flautas transversais. Habitualmente, o comprimento ronda 45 centímetros e o diâmetro é de mais ou menos 20 milímetros de secção. Tem uma abertura lateral através da qual o flautista dirige a coluna de ar. Os seis orifícios redondos permitem, com o uso dos dedos das duas mãos, fazer variar o seu volume e assim conseguir sons de diferentes alturas.

O fabrico tem de ser desenvolvido com tempo. “Tenho de cortar os paus seis meses a um ano antes”. O pífaro, para tocar bem, deve ser feito com o pau seco. “Fura-se melhor e não racha tanto”. Se a madeira ainda estiver verde, corre o risco de entortar. A forma de trabalhar é fazer o furo do centro e guardar o pífaro à sombra a secar. “Depois o pífaro entorta devagarinho, e quando já está torto, já se pode medir e furar”. Lápis vermelho numa mão, a fita métrica na outra, Paulo Bernardino assinala os pontos onde se vão fazer os furos. “Tem de se fazer as coisas como pertence.”

De acordo com o mestre, o melhor pau para fazer o pífaro é sanguinho. Sabugueiro, figueira, romãzeira e outras qualidades de pau também podem ser utilizados, “mas o melhor é o sanguinho” reforça o mestre. Alguns tocadores de pífaro começam a utilizar instrumentos de metal, devido a uma maior facilidade de fabrico, e Paulo Bernardino reconhece que “o som dos pífaros de metal também é bom”. Só que, apesar disso continua a considerar que o “de pau dá melhor som”. Além disso, podem ser mais fáceis de fabricar, “mas a antiguidade é que é bonito. Vamos para uma romaria, se não for com um pífaro de pau isso não presta”.

“Este é para modas” sustenta enquanto apresenta um pífaro de madeira amarelada seguro na mão direita. A flauta é colocada de través sobre os lábios e mantida entre os polegares e o indicador, o médio e o anelar das duas mãos, do lado de fora do corpo. Num sopro contínuo solta uma melodia. O problema é que “esta malta nova não quer aprender, quer é discotecas e não querem mais nada”. As dificuldades são sentidas na formação de ranchos e grupos de bombos. “Para irmos com os ranchos vemo-nos perdidos para levar a malta. Uns querem ir à discoteca, outros ao futebol... é assim.”

“Quería que aprendessem”

A angústia de Paulo Bernardino reside na difícil continuidade da tradição. Há tão poucos tocadores de pífaro em actividade, que ele e outros tocadores são obrigados a desenrascar os vários grupos da região. Para além do Grupo de Silves, já tocou com os grupos de Lavacolhos, Ourondo, Valverde, entre outros. “Esses rapazes novos não são capazes de aprender. Há aí gente que vende o pífaro para ganhar dois tostões. É uma desgraça”, lamenta desiludido.

“Quería que aprendessem, para que me fossem substituir”, sustenta. A violência física de certos desfiles já lhe começa a pesar nas pernas e o mestre considera que é altura de encontrar substitutos para a sua



João Limão

actividade. “O meu filho mais novo, que está agora outra vez na Suíça, ainda fez umas temporadas. Já ia apanhando o jeito, mas agora não pratica. Um tipo se quer aprender uma coisa tem de praticar, se não pratica não aprende”, salienta Paulo Bernardino, enquanto acrescenta que “para se aprender a tocar pífaro, tem de se tocar todos os dias um bocadito”.

A vida de hoje não estimula a aprendizagem. Paulo Bernardino aprendeu numa época em que o tempo não faltava, quando andava no pastoreio. O pai comprara gado, e o jovem Paulo, com cerca de dez anos, ficou encarregado do tomar conta dos animais. As horas de pastoreio, passadas no isolamento do campo convidavam ao entretenimento. Nesse tempo, Ti Pires, que também andava a guardar gado, fazia pífaros, e o jovem Paulo amealhou os necessários dez tostões para comprar um instrumento que o ajudasse a distrair-se. Depois, durante as horas de pastoreio “aprendi sozinho, sem ninguém me ensinar”, revela.

A aprendizagem do fabrico dos pífaros deveu-se às limitações económicas que os jovens sentiam. “Naquela época, tinha já uns 20 anos e andava com 25 tostões no bolso”. Dois ou três anos antes, aquando das festas de Santa Luzia, “queria ir tocar pífaro com o grupo do Ti António Emídio”. A falta de um instrumento e a impossibilidade de comprar, levaram Paulo Bernardino a tentar fabricar um. “Estava já com ideias de começar a fazer, e disse: ‘Não vou comprar’. Arranjei um pau bem arranjadinho, fiz o buraco do centro, e depois de seco furei com as medidas certas”. Esse primeiro instrumento foi feito sem ajuda de ninguém, somente por imitação daquilo que havia visto.

Hoje, constrói e toca com regularidade. Já ofereceu vários instrumentos a jovens e a grupos da região, como forma de incentivar a prática e o desenvolvimento da tradição. Mas, é como tocador conceituado que manifesta todo o seu orgulho. “Não desfazendo os outros bombos, mas nunca foram ao estrangeiro como eu”. Espanha, França, ou Itália não têm segredos para Paulo Bernardino. “Comecei a ir tocar a França em 1970, tinha 34 anos, e ainda recentemente fui convidado para ir para lá de Lyon, onde já fui duas vezes. Estavam 27 países e eu é que fui daqui de Portugal”. O reconhecimento público é quase generalizado, mas a motivação não lhe falta, porque como reconhece “Gosto muito de ouvir tocar os bombos”.

João Limão
jlimao@inde.pt

Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável
26 de Agosto a 4 de Setembro

Dez anos após a histórica conferência do Rio de Janeiro, o mundo inteiro tem os olhos postos em Joanesburgo, na África do Sul, onde se vai realizar a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. De 26 de Agosto a 4 de Setembro, a comunidade internacional volta a sentar-se à mesa das negociações para fazer uma avaliação dos resultados obtidos nestes últimos 10 anos e do que deve ser feito nos próximos sobre esta matéria. Entre as ONG portuguesas participantes encontra-se a INDE Intero- operação e Desenvolvimento. A ideia de participar surgiu quando a FLAD - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e da Euronatura decidiram organizar, com o apoio do jornal "Público", uma "competição" procurando promover a participação daquelas na Cimeira de Joanesburgo. "Para uma emergência sustentável..." é o título do texto produzido e enviado pela INDE para o "concurso", que foi premiado, e que a coloca ao lado das outras ONG portuguesas que também decidiram dinamizar e formalizar um debate interno e mais alargado em torno de temas como a erradicação da pobreza, a alteração dos padrões de consumo e produção, a gestão sustentável dos recursos naturais e o redireccionamento da globalização.

X Festival Regional de Gastronomia de Leiria
31 Agosto a 8 de Setembro

Com o rio Lis como pano de fundo, todos os dias, a partir de 31 de Agosto até 8 de Setembro, das 18 às 24 horas, no Marachão, em Leiria, terá lugar um verdadeiro espectáculo de sabores, de maravilhas da cultura gastronómica da região, de produtos da terra e de constante animação. Este ano, os organizadores (Câmara Municipal de Leiria e Região de Turismo de Leiria/Fátima) contam com a participação de oito restaurantes em representação dos oito concelhos da região e ainda duas escolas profissionais na área da hotelaria e restauração. A presença de stands com produtos da terra, desde os queijos e enchidos regionais até ao aromático café, passando pelas frutas, bolos, doces e vinhos, será a grande novidade deste festival de gastronomia, este ano, subordinado ao tema "Da Serra ao Mar".

Para mais informações contactar:
Região de Turismo Leiria/Fátima
Tel.: 244 848773 / E-mail: info@rt-leiriafatima.pt

Concurso Nacional de Gastronomia
Inscrições de 2 a 16 de Setembro

Considerado o principal instrumento dinamizador da estratégia de promoção interna do projecto "Gastronomia Património Nacional", o Concurso Nacional de Gastronomia realizar-se-á de 9 a 20 de Dezembro e nele participam os vencedores dos concursos de cariz regional que decorrerão nos meses de Outubro e Novembro, no âmbito das dez regiões gastronómicas - Açores, Alentejo, Algarve, Beira Interior, Beira Litoral, Douro Litoral e Minho, Estremadura, Madeira, Ribatejo e Alto Douro e Trás-os-Montes. Uma iniciativa da responsabilidade da Comissão Nacional de Gastronomia - o órgão responsável pelo levantamento e qualificação do património gastronómico nacional - que tem por principais objectivos a preservação, promoção e divulgação do acervo gastronómico tradicional português, o incentivo à criação de novas receitas confeccionadas com produtos tradicionais, e a sensibilização dos empresários do sector para a necessidade de melhorar a oferta turística nacional.

Para saber mais contactar:
Icep Portugal
Tel.: 21 7909500 / E-mail: icep@icep.pt

XIII POIARTES
13 a 16 de Setembro

Como já vem sendo tradição, Vila Nova de Poiartes volta a ser palco de mais uma feira de artesanato e não só... A iniciativa surgiu em 1984, e desde então a feira, que todos os anos leva a Poiartes o artesanato que se vai fazendo por todo o país, um pouco da gastronomia nacional e muita animação, não tem parado de crescer. Na última edição, a Feira Nacional de Artesanato e Gastronomia de Vila Nova de Poiartes contou com a presença de 142 expositores e cerca de 20 mil pessoas visitaram o certame. Este ano, as expectativas não ficam atrás..

Mais informações:
Dueceira-LEADER ELOZ Entre Lousã e Zêzere
Tel.: 239 995268 / E-mail: dueceira.eloz@mail.telepac.pt



Paula Marcos dos Santos

Congresso Nacional "Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Montanha"
19, 20 e 21 de Setembro

Turismo sustentável em áreas de montanha, Educação para a sustentabilidade e Revitalização de actividades e produtos tradicionais são os temas dos três painéis que animam o programa do Congresso Nacional "Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Montanha", que decorre nos dias 19, 20 e 21 de Setembro, no Auditório/Centro de Animação Termal do Gerês, Caldas do Gêres, Terras de Bouro. Uma iniciativa conjunta do Parque Nacional da Peneda-Gerês, Câmara Municipal de Terras de Bouro e da Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês que conta ainda com o apoio de várias entidades da região, designadamente, da Região de Turismo Alto Minho e Região de Turismo Alto Tâmega e Barroso.

Programa, inscrições e outras informações:
Parque Nacional da Peneda-Gerês
Tel.: 253 203480 / E-mail: pnpg@icn.pt
Câmara Municipal de Terras de Bouro
Tel.: 253 350010 / E-mail: cm.t.bouro@mail.telepac.pt
Ass. Desenvolv. Regiões do Parque Nacional Peneda-Gerês
Tel.: 258 452250 / E-mail: info@adere-pg.org

Adventure Paper Sardoal 2002
21 de Setembro

Organizado pela TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, no âmbito do Programa LEADER+, e pela Câmara Municipal do Sardoal, "Adventure Paper Sardoal 2002" é uma iniciativa que pretende divulgar e valorizar os recursos ambientais endógenos do concelho de Sardoal e da região, através da prática do desporto-aventura. Integrado nas festas do concelho, o Adventure Paper inclui provas de BTT, canoagem, Rape, Slide e Tiro com Arco e Besta, e realiza-se no Sábado dia 21 de Setembro, no Sardoal, a partir das 9 horas, e conta com o apoio logístico da MK TAGUS - Animação Turística do Ribatejo Interior, estrutura operativa da associação destinada à promoção e dinamização turística da sua área de intervenção.

Mais informações e inscrições:
TAGUS - Tel.: 241 372180 / E-mail: tagus.adiri@mail.telepac.pt
Serviços Culturais da Câmara de Sardoal - Telefone 241 850000

Marcha pelo Voluntariado
22 Setembro

Marcha Por Uma Causa é uma iniciativa da Fundação Aga Khan Portugal que retoma o voluntariado como instrumento na luta contra a pobreza e a exclusão social. Sob o lema "Ajudar faz bem à saúde", a proposta da Organização é percorrer a pé o trajecto que une a Praça do Comércio ao Pavilhão de Portugal no Parque das Nações. No ano passado, cinco mil pessoas marcharam por uma causa.

1.º Colóquio sobre Flora e Fauna dos Montados
27, 28 e 29 de Setembro

Organizado em três conferências plenárias, subordinadas aos temas "Biodiversidade", "Estrutura e Funcionamento dos Ecossistemas" e "Gestão", o 1º Colóquio sobre Fauna e Flora dos Montados, que decorre nos dias 27, 28 e 29 de Setembro, em Grândola, é uma iniciativa que pretende reunir um grande número de especialistas envolvidos no estudo, conservação e exploração sustentada dos montados de sobre e azinho do território nacional. Uma organização da Associação Terras Dentro, do Centro de Biologia Ambiental da Universidade Nova de Lisboa, da ERENA, Ordenamento e Gestão de Recursos Naturais, L.da. e da Câmara Municipal de Grândola, e que conta com o apoio do Programa Life - Projecto Montado, no âmbito da Parceria Pró Montado.

Para mais informações contactar:
Associação Terras Dentro
Tel.: 266 948070 / E-mail: atd.portel@terrasdentro.pt

Encontro "Andar e Ver, Inventar o Local. Património e Território: Sombras do Futuro"
17 e 18 de Outubro

Um fórum de discussão, no qual se reflectirá sobre questões ligadas ao mundo rural, tendo por base a redescoberta de territórios e patrimónios para a identificação e construção de alternativas de desenvolvimento, é o objectivo da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e da Escola Superior Agrária de Elvas ao organizar o Encontro "Andar e ver, inventar o local. Património e território: Sombras do Futuro", que irá decorrer nos dias 17 e 18 de Outubro, em Elvas.

Inscrições e informações:
Escola Superior Agrária de Elvas
Tel.: 268 628528 / E-mail: secretariado@esaelves.pt

Ciclo de Passeios de Natureza da LPN/Algarve
Junho - Dezembro

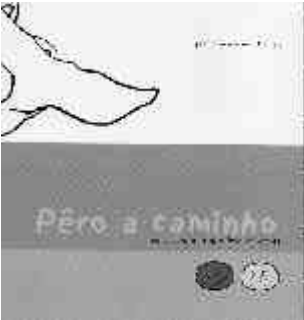
Os Passeios de Natureza promovidos pela LPN/Algarve têm lugar no primeiro sábado de cada mês, com excepção de Janeiro e Agosto. Assim, para o próximo mês de Setembro (dia 7), a LPN/Algarve propõe um passeio pela Ria de Alvor; em Outubro (dia 5), o convite é assistir às grandes migrações sazonais das aves, no Promontório de Sagres; no mês de Novembro (dia 2), a proposta recai num passeio pedestre de oito quilómetros; visitar uma quinta tradicional, agora mais voltada para a agricultura biológica, é o que refere o programa para Dezembro (dia 7). O local de encontro será, como habitualmente, no Largo da Estação dos Caminhos de Ferro em Portimão, e todos são bem vindos, quer sejam sócios da LPN ou não.

Para mais informações contactar:
Elisabete Rodrigues TM 91 4935065
José Brito TM 96 6766966



Adriminho - LEADER II Projectos
XAVIER, Ana Paula e Tavares, José Henrique: ADRIMINHO, 2001
Com o apoio do Programa LEADER II

Repertório descritivo dos projectos desenvolvidos pela ADRIMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho -, no âmbito do LEADER II, em áreas como a agricultura, turismo e ambiente, durante o período de 1995 a 2001, esta publicação constitui-se como um oportuno apanhado das intervenções levadas a cabo por esta associação no seu território, numa fase em que o LEADER II já está encerrado. Associação constituída em 1994, em virtude da constatação por parte dos diversos actores locais da necessidade de promover o desenvolvimento das zonas rurais da região, teve nesta concepção o ponto de partida para a intervenção ao nível das zonas mais desfavorecidas. A análise destes territórios permitiu perceber a existência de características e especificidades de grande riqueza, em contraste com a debilidade económica assinalada. De modo a conjugar potencialidades, e a perspectivar alternativas de desenvolvimento com sustentabilidade no futuro, a ADRIMINHO desenvolveu um trabalho de apoio e reforço de vários projectos locais, que abrangeu intervenções em áreas tão distintas como: o Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural, Apoio à Diversificação das Actividades Económicas, Valorização e Comercialização das Produções Agrícolas, Silvícolas e da Pesca Local, Preservação e Valorização do Ambiente e da Qualidade de Vida, Acções em Cooperação, Outros, e Estudos. É a apresentação deste trabalho que dá origem a esta interessante publicação.



Pêro a caminho, ou o caminho que leva às casas
Guia de percursos - Alentejo
LOURENÇO, João; ESDIME, 2000.

Com o apoio do Programa LEADER II / ESDIME

“Alegre e extrovertido, magricela e atrevido, Pêro é um menino que, tal como tu, adora passear e divertir-se”. Na resposta à pergunta “Quem é o Pêro?”, desenha-se um adequado começo para esta agradável publicação direccionada para crianças, e composta por um delicioso conjunto de 17 percursos, por terras alentejanas. Apresentado Pêro como um menino que descobriu recentemente a grande paixão pela sua terra, é tempo então de, ao longo destes passeios, partir à descoberta da riqueza da sua terra, gentes e cultura. Traçado o percurso, com contagem de quilómetros e definição do grau de dificuldade, mergulhamos numa visita ao Alentejo profundo, cruzando povoações como Abela, Ervidel, Alcarias, Casével, S. Marcos da Ataboeira ou Mombeja. Sempre com um olhar atento a particularidades arquitectónicas e culturais, como uma torre de igreja ou museu. À margem dos povoados também não escapam os circuitos arqueológicos do Castro da Cola, as minas do Lousal ou a Villa romana de Pisões, num contacto profícuo com a história, arqueologia, ou cultura tradicional. Em paralelo, as viagens são entrecurtadas com pequenas “lições” sobre o Filito, a taipa como material de construção, o funcionamento dos moinhos de vento, ou o processo de fabrico da cal, bem como lendas tradicionais como o “Pego da Laima” e a “menina de Valverde”. A terminar, quatro divertidas histórias de Filipa Canhestro: Para Benzer dos Herpes, Marião Ôco Pão, Victorino (o) Aldrabão, e A Feira, a última das quais acompanhada de quatro receitas, fecham este guia de percursos com água na boca. De leitura simples e agradável, “Pêro a caminho” é um estimulante e simpático convite para os mais jovens para, em vez de ficarem a “mofar em casa”, saírem para arejar as ideias antes que o Verão acabe...



Apicultura, o Sabor de uma História
GUEDES, Helena Isabel; Falda, Maria Teresa; Rossi, Emiliano; e Ces, Manuel Lameiro (coordenação): L’Altra Romagna (Itália), Pais do Bibeí Ribeira Sacra e Portodemouros (Espanha), e CORANE.

Com o apoio do Programa LEADER II / CORANE.

“Apicultura, o Sabor de uma História” nasceu como um projecto de cooperação transnacional entre a associações de Portugal, Espanha e Itália, que visa revalorizar o património local das produções apícolas. Composto por três partes principais: pesquisa, formação e divulgação, nas quais desenvolve diversas acções, tem neste livro, que adopta o nome do projecto, uma intervenção ao nível da divulgação, que pretende dar a conhecer aspectos ligados à apicultura nos quatro territórios participantes. O livro divide-se em quatro grandes capítulos, sendo o primeiro “A Apicultura e o Território”, no qual se abordam territórios das quatro associações, bem como as características do mel de cada um deles. Na segunda parte, denominada “A Apicultura e Arquitectura Popular” o estudo avança para uma diferenciação dos tipos de colmeias. “O Sabor de uma História - Usos dos produtos da Colmeia” é a terceira, e em simultâneo mais atraente, das quatro partes do livro. Aqui tomamos conhecimento do uso gastronómico do mel, acompanhado de um útil conjunto de 18 receitas. Mas, também a perspectiva de uso na saúde está contemplada, fazendo-se um apanhado cremes, óleos e unguentos, feitos a partir do mel ou de cera das abelhas. Por fim, ficamos com o “Percurso Latino do Mel”, num convite à turístico à descoberta de rotas ligadas ao mel e à apicultura. Uma publicação que é uma contribuição para salvaguardar o património apícola e que serva para dar a conhecer a apicultura

pegadas.online.pt



"A grandeza de uma nação e o seu progresso moral, podem ser avaliados pelo forma como tratam os seus animais" Mahatma Ghandi. A partir deste pressuposto, a equipa do pegadas.online.pt pretende constituir-se como uma referência e contribuição activa para a consciencialização de como deve ser a existência dos animais em sociedade. Definidos na "Carta de Intenções" os objectivos de proporcionar directa e indirectamente cuidados de saúde, amor e carinho, e denunciar formas de crueldade e maus tratos de que os animais são vítimas, o trabalho desta entidade sem fins lucrativos faz da internet o principal meio de divulgação e intervenção. Entre as secções disponíveis, no Destaque pode encontrar conselhos úteis para tratar do seu animal de estimação, em especial animais cujas particularidades

possam escapar ao conhecimento do grande público, tais como doenças raras, problemas de envelhecimento, ou habitats específicos. Esta mesma opção pode ser accionada através da ligação às secções específicas por grupos de animais - Aves, cães, cavalos, gatos, peixes, répteis, roedores -, onde se encontram canais de ligação a temáticas como legislação, nutrição, comportamento, saúde, ou habitat. Numa perspectiva ainda mais interventiva podemos encontrar as secções Contrastes - denúncias (que foca temas como exemplos de reacções tóxicas humanas a medicamentos testados em animais, ou listagem de empresas que não fazem testes em animais) e a secção "Salve uma vida", onde se dá conta de animais desaparecidos.

www.fata.pt



Site da Federação da Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro (FATA), que visa promover as actividades e intervenções desta federação e identificar oportunidades para os seus associados. A área social da FATA abrange os concelhos dos distritos de Bragança e Vila Real, bem como concelhos dos distritos da Guarda e Viseu pertencentes à

Região Demarcada do Douro. A fim de prosseguir o seu objectivo, são atribuições da Federação representar os interesses dos agricultores em colaboração com associações filiadas, promover o apoio técnico e formativo, coordenar e incentivar as actividades de interesse comum para os associados, divulgar toda a informação de interesse para os associados, e organizar e manter serviços de interesse para os associados. Neste sentido, no site pode encontrar um espaço de Notícias, que engloba Actualidade, Subsídios (ex. indemnizações compensatórias, restituições à exportação) e Ajudas (para produção, pecuária ou superfícies); um espaço de dedicado à Formação - que engloba cursos em áreas como Empresários Agrícolas, Operadores de Máquinas, Olivicultura, ou Contabilidade Agrícola e Bovinicultura -, podendo em alguns casos proceder-se à respectiva inscrição online, e um espaço dedicado à FATA - que engloba medidas como o emparcelamento, projectos florestais, investimento, lagares de azeite, desenvolvimento rural, legislação e contactos. Pode ainda, noutros pontos do site, aceder a informação mais detalhada sobre a FATA e, em complemento, a itens sobre Associadas, Eventos, e Alojamento Rural. Em breve, conta ainda disponibilizar um Mercado Virtual e uma Pesquisa Interna.

Compotas tradicionais de Lamego



Francisco Botelho



Francisco Botelho



O Centro de Promoção Social Rural de Lamego é uma instituição prestigiada com cerca de quatro décadas de existência. Vocacionada para a inter-

venção social e para a educação tem em linha de conta a promoção das populações mais desfavorecidas de um meio eminentemente rural como aquele em que se insere. A sua Escola Profissional Agrícola, fundada em 1989 prepara técnicos de indústrias agro-alimentares, técnicos de gestão e organização de empresas. Ao lado, valências de Centro de Dia, Jardim de Infância e ATL, transformam esta obra num cadilho de actividades em apoio das gentes de Lamego.

Em 1999, o Centro de Promoção Social Rural de Lamego, ao abrigo do Programa Escolas Oficinas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, lança um curso de conservas e concentrados de frutas. Propósito motivador deste curso fazer com que “os saberes de ontem emprestem jeito, talento e arte e dêem gosto, sabor e beleza ao trabalho de transformar os frutos da região em produtos naturais de irrecusável valor”. Ao longo desse ano, 15 formandas aprendem as técnicas antigas de transformar os frutos em deliciosas compotas. No final, várias perspectivas se colocam para prosseguir a actividade, desde a criação de uma empresa colectiva à afirmação individual. Conhecedoras da técnica da fabricação de compotas o passo seguinte implicava, para além dos indispensáveis conhecimentos de gestão, a iniciativa empresarial, a capacidade de assumir riscos, características que raramente se adquirem em meses de formação.

A solução encontrada para dar sequência ao investimento na formação foi a criação de uma empresa de inserção, tutelada pelo

Centro de Promoção Social Rural. Utilizando instalações autónomas com cozinha de produção, zona de embalagem, apoio administrativo e pequena recepção, a empresa de inserção inicia a sua produção a partir do ano 2000. Desde logo coloca no mercado uma grande variedade de compotas, transformando as frutas de época locais e avançando para alguns sabores mais exóticos recentemente introduzidos nos hábitos alimentares portugueses como o kiwi, o chuchu ou os mirtilos.

Ingredientes 100% naturais

Com três postos de trabalho criados, as Compotas Tradicionais de Lamego colocam actualmente no mercado doces de abóbora, ameixa, framboesa, maçã (variedades com hortelã, laranja e passas), cenoura, melão (com ananás, com conhaque, com laranja e com limão), pêra pêssego e tomate. Mas oportunamente disponibiliza outros doces de frutas, como banana, cereja, chila, chuchu, dióspiro, laranja, kiwi, marmelo e papaia. E, com alguma originalidade, as Compotas Tradicionais de Lamego produzem também Doce de Batata e de Nabo. Produtos “elaborados com ingredientes 100% naturais, cuidadosamente seleccionados, seguindo processos tradicionais de fabrico”. E sem qualquer utilização de conservantes, apenas frutas e açúcar, como atesta a composição dos rótulos.

A comercialização é feita directamente através da presença em feiras, através da distribuição em lojas por todo o país e satisfazendo encomendas especiais. Na altura em que visitámos a empresa trabalhava-se intensamente na satisfação de uma encomenda de duas quintas do Douro para integrar Cabazes de Natal. A qualidade vem sendo confirmada por todos os clientes que deixam o seu testemunho de viva voz e através de numerosa correspondência que vão arquivando.

Não é fácil, porém, criar fluxos de comercialização estáveis e constantes, adequados à capacidade de produção e à sazonalidade dos diversos frutos. A empresa tem feito esforços significativos de pesquisa de mercados, tentando adaptar-se a nichos que possam valorizar a qualidade do produto. Nesse sentido, foi introduzida uma embalagem de 40 gramas para utilização no sector de hotelaria e lançada uma campanha promocional junto das pousadas e de unidades hoteleiras qualificadas. Os resultados não foram tão animadores quanto se esperava – aos elogios rasgados à qualidade do produto sucedeu a falta de competitividade do preço. A empresa resistiu, não diminuiu a qualidade dos produtos, não simplificou o fabrico, mas também não pôde reduzir os custos.

Ainda em luta pela afirmação empresarial, ponderando com extrema cautela as possibilidades de expansão da produção, ensaiando novas estratégias comerciais, a empresa de inserção do Centro de Promoção Social Rural de Lamego vai continuando a colocar no mercado um produto único, repositório de sabores genuínos e ancestrais. Em embalagens de 40gramas e 250 gramas, de cuidadosa apresentação e respeitando todas as normas de qualidade. Um acompanhamento único para um pequeno almoço continental ou para um momento de chá. Ou para acompanhar esse produto também único da região do Douro, o vinho fino.

Francisco Botelho
frbotelho@inde.pt

Compotas Tradicionais de Lamego
Centro de Promoção Social Rural
de Lamego – Empresa de Inserção
Quinta dos Prados – Rina
5100-196 LAMEGO
Tel/Fax - 254615627

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º I | Agosto 2002

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 LISBOA
Tel.: 21 8435870
Fax: 21 8435871
Email: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Cristina Cavaco, Francisco Botelho, Luís Duarte, Maria do Rosário Serafim, Paula Matos dos Santos

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

Colaboraram neste número

ADICES, Federação Minha Terra, Luís Duarte, Luís Santos

Edição gráfica

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

nº 142 507/99

Registo ICS

nº 123 607

